



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Lembro à Comissão da reunião conjunta que faremos com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle na cidade do Rio de Janeiro por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, no dia 20 de junho corrente, quarta-feira próxima, com a finalidade de debater a questão das áreas de proteção permanente mundial e os compromissos da Rio +20.

Comunico o recebimento do Ofício nº 228, de 2012, do Senador Pedro Taques, que passo a ler.

Sr. Presidente, encaminho a V. Exª Ofício nº 155, de 2012, do Sr. José João Bernardes, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso – Acrimat, através do qual anexa documento intitulado Carta de Campo Grande.

Narra que, além dos tradicionais problemas inerentes ao elevado custo de produção, falta de logística adequada, morte súbita de pastagens e ainda subsídios internacionais recebidos pelos concorrentes, eleva-se o grau de concentração da indústria frigorífica.

Diante do exposto, requer a abordagem da questão por parte desta Comissão, ressaltando a importância do setor de bovinocultura de corte no contexto nacional, que gera empregos e contribui para o superávit da balança comercial.

Passo a ler ofício da Acrimat.

A bovinocultura de corte brasileira é destaque nacional e internacional em vários aspectos. O seu rebanho, com mais de duzentos milhões de cabeças, atende plenamente, com carne de qualidade, à demanda nacional. Ainda permite a exportação para sessenta países que oferecem à Nação brasileira importante superávit na balança comercial.

Já o Estado de Mato Grosso, maior produtor dessa proteína no Brasil, possui um rebanho de, aproximadamente, trinta milhões de cabeças em constante avanço no uso de tecnologias, produzindo carne bovina com a necessária sustentabilidade ambiental e com o tradicional sabor que fideliza seus consumidores em todos os mercados.

Apesar de tudo isso, nos últimos anos, além dos tradicionais problemas de elevados custos de produção, falta de logística adequada, morte súbita de pastagens e ainda subsídios internacionais recebidos pelos nossos concorrentes, eleva-se violentamente o grau de concentração da indústria frigorífica.



Dessa forma, as instituições signatárias da Carta de Campo Grande, anexada ao presente Ofício, contém, em sua segunda folha, pleitos que pedimos a V. Ex^a, destacando que a manutenção dos cenários apresentados comprometerá a atividade da pecuária de corte do Centro-Oeste brasileiro, em especial no Mato Grosso. Antecipamos convite para evento similar em Cuiabá.

De fato, é um problema que nós estamos enfrentando e já estamos debatendo essa questão através de audiências públicas já realizadas e outras que serão realizadas, que é a concentração dos frigoríficos no nosso País.

É um tema recorrente não só no Mato Grosso, mas também no Estado de Rondônia, também em Mato Grosso do Sul e nos demais Estados brasileiros.

Já estamos tomando providências neste sentido e essa Carta vem nos ajudar a pleitear, junto ao Cade, junto ao Ministério da Fazenda, junto ao BNDES, informações sobre a concentração dos frigoríficos no nosso País.

Agradeço, portanto, a Carta tanto do Senador Pedro Taques como também a manifestação da Acrimat, que é a Associação dos Criadores de Mato Grosso.

A audiência pública será feita novamente. Foram feitas algumas e vamos fazer outra audiência pública para debater esse assunto.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 13, de 2012, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 19 de abril de 2012, com a finalidade de conhecer e avaliar a *performance* do Banco da Amazônia, Basa, nos últimos cinco anos, no que tange às suas competências como principal agente financeiro de fomento ao desenvolvimento da região amazônica.

Dessa forma, convido para compor a Mesa os seguintes convidados: Dr. Abidias José de Sousa Júnior, Presidente do Basa, Dr. Jenner Guimarães do Rêgo, Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, Dr. Paulo Vinhas Lima Júnior, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Dr. Gil Castelo Branco, Consultor de Economia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

Agradeço a presença dos senhores atendendo ao nosso convite para estarem aqui.

Dr. Abidias, é um prazer tê-lo novamente na nossa Comissão. O senhor tem feito um grande trabalho à frente do Basa. O Basa tem uma importância muito grande na vida da Amazônia, em especial no nosso Estado de Rondônia. A atuação do Basa é uma atuação diferenciada, uma atuação que prioriza o crescimento e o desenvolvimento da região amazônica, investindo sempre na nossa agricultura, na nossa indústria, dando uma atenção especial ao amazônida.



Falo isto principalmente em função de o Estado de Rondônia ter uma relação muito próxima do Basa, que tem feito realmente um grande trabalho à frente da economia do nosso Estado de Rondônia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, no discurso da abertura do Pavilhão Brasil, na Rio+20, a Presidenta Dilma disse que o País mostrará, durante a Conferência, que o País cumpre compromissos com a sustentabilidade e com a redução das desigualdades.

Nós estaremos também, com a Comissão de Agricultura, no dia 20 de junho, às dez horas da manhã, em audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, no espaço da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, para afirmar que os compromissos assumidos na Rio+20 deverão ser para todos os países, respeitadas as peculiaridades e a soberania de cada nação. A questão ambiental não é apenas do nosso País, mas uma questão mundial.

Dentro dessa premissa, seria importante que os Chefes de Estado de países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, China, Índia e Inglaterra estivessem presentes chefiando suas delegações para a tomada de decisões.

O fato de sedirmos mais uma vez essa Conferência onde vamos discutir como conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico já nos coloca na condição de protagonistas, mas precisamos ir além e assumir o papel de líder na governança global, que é a forma como os países estão se organizando para colocar esse novo modelo de desenvolvimento sustentável em prática.

Essa liderança é uma condição natural a ser assumida pelo Brasil, visto que ele é o único país do mundo entre os desenvolvidos ou em desenvolvimento que possui mais de 68% do seu território com cobertura florestal e áreas protegidas.

O Brasil, segundo dados do Ministério da Agricultura, IBGE, utiliza apenas 29% de um total de 851 milhões de hectares para a produção agropecuária. Nossa produção de grãos cresceu 17,2 milhões de toneladas, em 1960, para mais de 150 milhões de toneladas, em 2010. No mesmo período, a área utilizada para o plantio cresceu de 22 milhões de hectares para 47 milhões de hectares. Crescemos 305% em produtividade e 116% em áreas convertidas para a agricultura graças ao nosso compromisso com a tecnologia e com boas práticas conservacionistas do solo e das águas, com controle da erosão e recuperação de bacias hidrográficas inteiras e práticas de agricultura sustentável, como, por exemplo, o plantio direto.

Na pecuária, o nosso rebanho cresceu 56 milhões de cabeças, desde 1960, para 204 milhões de cabeças, em 2010. Praticamente multiplicamos por quatro nosso rebanho numa área de pastagens 40% maior. Passamos de 122 milhões de hectares de pastagem para 170 milhões.



Mais uma vez, demonstramos aqui o compromisso com a produtividade e com o crescimento sustentável. Atualmente, estamos implantando o programa, desenvolvido pela Embrapa, de agricultura de baixo carbono, a integração lavoura, pecuária, floresta, possibilitando a recuperação principalmente de áreas de pastagens degradadas.

Temos a Amazônia, o Pantanal e 12% da água doce do mundo, além da maior biodiversidade do Planeta e uma grande riqueza mineral. O Brasil produz e preserva suas florestas e possuímos instrumentos de controles ambientais, como a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente, APPs, tão discutidas no processo de formulação do Código Florestal Brasileiro.

A questão das APPs é um compromisso que gostaríamos de ver assumido com todos os países. No final das contas, rios e tocos de morros existem em todo o Planeta. A propósito, este ano ocorre o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal dos últimos 23 anos.

Mas hoje, aqui no Ministério da Agricultura, vamos ouvir e debater a atuação do Basa na Região Amazônica, com a consciência da importância do crédito como instrumento indutor do desenvolvimento. Para citar um exemplo, agora em maio realizamos a Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná, a primeira feira tecnológica de Rondônia; e apenas o Banco da Amazônia contabilizou 1.650 propostas, no valor de R\$52 milhões em financiamentos de máquinas e equipamentos, que somados ao Banco do Brasil atingiram R\$130 milhões em investimentos para a agricultura no Estado de Rondônia.

Também aqui na comissão debateremos a necessidade da redução das taxas de juros para o crédito rural. O Governo tem aplicado mecanismos para dinamizar a economia, mas para o setor rural é necessária uma reavaliação da política de créditos. O recente processo de queda da taxa básica de juros da economia, Selic, atualmente em 8,5%, abre possibilidade para a diminuição das taxas do crédito rural.

Uma proposta que discutiremos com o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias, que esteve conosco no ciclo de debates da Comissão de Agricultura que realizamos em Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, é a redução, já para o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, dos atuais 6,75% ao ano para 4% de juros nas linhas de crédito dedicadas ao custeio da produção, no caso de grandes produtores; e para 3% na categoria dos pequenos e médios produtores.

Há espaço para isso, não é, Senador? Trata-se de um momento importante em que os bancos e o Governo podem reduzir os juros para a agricultura brasileira. Essa redução poderia contemplar instrumentos como o seguro rural e a assistência técnica.

Entendo que não adianta apenas oferecer o crédito, temos que dar condições para que os agricultores saibam aplicar esses recursos e ampliar assim a produtividade, além de assegurar a safra.



Agradeço a presença de todos. Antes de passar a palavra aos nossos convidados, pergunto se a Senadora Kátia Abreu, signatária, quer iniciar fazendo suas colocações?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, Sr. Presidente.

Eu agradeço a presença de todos os nossos convidados e gostaria de me manifestar em uma hora posterior.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Passo a palavra ao Dr. Gil Castelo Branco, Consultor de Economia da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Bem, bom-dia a todos.

Eu gostaria somente de aguardar alguns instantes, porque nós temos ali alguns quadros que vamos passar. Ele está preparando a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Então, vamos passar a palavra ao Dr. Paulo Vinhas Lima Júnior, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, para fazer suas colocações, enquanto prepara... ou já conseguiu? Já está no ponto?

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Já está no ponto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, voltamos para o Dr. Gil Castelo Branco.

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Bem, acho que vou até me abster, nos meus quinze minutos – parece-me que é isso, não é, Sr. Presidente? Quinze minutos? –, de comentar sobre a importância do banco, naturalmente. Fundado em 1942, é um banco que teve como nome inicial Banco de Crédito da Borracha. Mas acho que todos aqui conhecem e sabem bem da relevância do banco para a Região Amazônica.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de comentar a respeito da transparência da própria instituição. Vejam vocês que até buscando dados para trazer a esse Plenário, nós fizemos uma navegação no *site* do banco. Ali fica muito claro, por exemplo, que no que diz respeito aos relatórios de gestão, os relatórios mais recentes disponíveis são os de 2007 e os de 2010. No caso de 2007 para o próprio banco e do Fundo para 2010. Esses são os relatórios mais recentes disponíveis no *site* da instituição.

Em relação aos relatórios de auditoria, vejam que os mais disponíveis no *site* da instituição são de 2009. Portanto, isso já cria embaraços para trazermos a esta sala todas as informações que até gostaríamos de ter.

Inclusive, essa não disponibilização dos relatórios me parece que conflita com o que diz o Decreto nº 5.481, em seu art. 20-B:

Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, sujeitos a tomada e prestação de contas, darão ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, ao relatório de gestão, ao relatório e ao



certificado de auditoria, com parecer do órgão de controle interno, e ao pronunciamento do Ministro de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, em até trinta dias após envio ao Tribunal de Contas da União.

Portanto, eu não tive a oportunidade de ter esses relatórios. Inclusive, vali-me da Lei de Acesso à Informação, de 16 de maio, mas ainda não obtive as respostas. A bem da verdade, a Lei de Acesso à Informação prevê um prazo de vinte dias, prorrogáveis por mais dez, para que essas respostas sejam concedidas. Portanto, ainda não tive oportunidade de receber esses relatórios, com os quais talvez eu pudesse me ter aprofundado nas informações que estou trazendo hoje a esta Casa.

Em relação às constatações do Tribunal de Contas da União, eu também creio que talvez não deva me estender, porque temos aqui entre os convidados um auditor que poderá, muito melhor do que eu, explicar o que vem sendo constatado pelo Tribunal.

Nós temos ali constatações que foram feitas a respeito da política nacional do desenvolvimento regional. Esse trabalho já tem algum tempo. Inclusive, no *site* do Tribunal havia promessa de que esse trabalho seria revisado, atualizado. E talvez o auditor que está aqui, o doutor tenha informações sobre isso. Eu creio que não vale a pena me estender nisso, já que temos ali justamente a pessoa mais indicada.

Em relação aos investimentos do banco no seu próprio desenvolvimento tecnológico, observamos, tomando uma série histórica de 2000 a 2011 – aqui nesse primeiro quadro temos valores correntes –, que no período, por exemplo, de 2000 a 2006 – esses valores são correntes, mas no quadro seguinte teremos em valores constantes – vemos que a média de execução percentual do banco, em termos de percentual do autorizado em relação ao efetivamente realizado, é sempre muito baixa.

A bem da verdade, inclusive, houve uma recuperação agora em 2001. Dos 58 milhões autorizados, 38 milhões acabaram sendo realizados. Mas vejam que se tirarmos 2011, vemos ali anos em que não se chegou sequer à metade daquela dotação que estava inicialmente prevista.

No quadro seguinte, nós temos esses mesmos investimentos já em valores constantes. E podemos perceber claramente que no período de 2000 a 2006 o banco investia uma média de R\$60 milhões – isso já em valores atualizados – de investimentos no seu próprio desenvolvimento. Enquanto isso, no período de 2007 a 2011 o investimento caiu para R\$24 milhões.

No que diz respeito aos indicadores do Basa na relação com os investidores, vemos também que as informações, infelizmente, não estão atualizadas como gostaríamos. Mas de 2003 para 2008, observa-se que o retorno sobre o patrimônio líquido caiu de 24% para 12%. Esses são dados do mercado, que informou, já no final do ano passado, que o retorno, em dezembro



do ano passado, estava em torno de 7%. Isso tendo como fonte a Economia – que todos conhecem –, o órgão que de certa forma produz esses indicadores.

No que diz respeito aos indicadores do mercado financeiro, nós vemos que a *performance* é descendente. É claro que tendo em vista a crise internacional – não podemos desconhecer-la – isso acontece também com outras instituições. Portanto, seria necessário que tivéssemos dados mais aprofundados para que pudéssemos separar o que foi decorrente da crise e o que poderia ser decorrente da gestão.

Em relação às aplicações dos recursos, dos empréstimos concedidos pela instituição, essas informações são do Dest, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. As estatais preenchem uns formulários eletrônicos, que são chamados Siest. E foi desse sistema eletrônico que nós extraímos essas informações.

Vejam, por exemplo, algumas constatações. O Estado de São Paulo é o terceiro colocado nos financiamentos do Basa. Isso em 2010. Vários estados não foram contemplados, alguns da área de abrangência do banco. Os empréstimos para a indústria são duas vezes maiores do que os financiamentos para a área rural. Só os empréstimos para a indústria em São Paulo superam todos os financiamentos de alguns estados, além dos não contemplados.

É claro que seria necessário nós obtermos a relação dos beneficiados, porque esse sistema informa as UFs, Unidades da Federação, onde são feitas as operações financeiras. Portanto, poderíamos ter alguém recebendo recurso em uma praça e aplicando em outra praça. Seria importante termos a relação dos beneficiados, para avaliarmos corretamente e sob o ponto de vista regional ou estadual onde estão acontecendo os empréstimos do banco.

Nesse quadro procuramos fazer um resumo colocando três anos: 2008, 2009 e 2010. E vimos que há uma alteração clara no perfil dos empréstimos da instituição. Vejam que em 2008 os empréstimos para a área rural correspondiam a 35% dos empréstimos globais. Esses dados também são do Siest. São todos dados oficiais produzidos pelo próprio banco e encaminhados ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Então 35% eram empréstimos da área rural e a indústria ficava, nesse momento, com 27%.

Em 2009, a situação fez com que a área rural se elevasse, com 41% para a área rural e 22% para a área da indústria. Estou falando somente sobre aqueles setores mais relevantes ou que tiveram maior aporte de recursos.

Em 2010, a situação já se alterou significativamente. A área rural ficou só com 23%, enquanto a área industrial ficou com 44%. Isso são constatações de números oficiais produzidos pelo próprio banco.

No que diz respeito a demonstrações financeiras e dados dos orçamentos, vejam que estamos trazendo também informações do próprio Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Essas



informações são interessantes porque são agrupadas em vários segmentos. Vejam, por exemplo, nesse primeiro caso, algumas informações de balanço. Marcamos, ali, numa cor amarela, alguns dos dados que poderiam ser mais interessantes sob o ponto de vista de um debate.

Vejam que o ativo, se pegarmos ali... Isso está em valores correntes, de qualquer forma. Mas podemos ver o salto que deu o ativo circulante. O ativo saiu de... Nós temos ali 2,3 bilhões e ele saltou para 3,8. Já o passivo saltou de 1,8 para 4.

Um pouco mais abaixo, temos o resultado líquido do exercício e também vemos que o resultado foi se deteriorando ao longo dessa série histórica de 2005 a 2010, que são as últimas informações disponíveis.

Os dividendos propostos. Vemos, inclusive, que aparentemente o banco não distribuiu dividendos em 2008, 2009 e 2010. Não sei se o fez ou se o fará em 2011, mas de qualquer maneira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Então, naturalmente o Presidente Abdias poderá esclarecer várias dessas colocações que eu estou fazendo justamente com o objetivo de ensinar o debate.

Vemos que as despesas com pessoal saltaram de 92 para 135. Como estamos falando em valores correntes...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de pedir um pouco menos de velocidade, porque está ficando difícil de compreender, seu Gil Castelo Branco.

Eu queria entender um pouco mais o ativo circulante. E do passivo qual o resultado líquido? Eu não compreendi.

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Certo. Ali foi só... Como os dados estão em valores correntes, quer dizer, valores da moeda da época, procuramos ressaltar que o crescimento do passivo foi muito maior do que o crescimento do ativo. O objetivo desse quadro era apenas mostrar, até porque os dados são correntes, considerando a moeda da época sem estarem atualizados a valores constantes que nos permitissem uma comparação em valores reais. Mas, de qualquer maneira, como estamos comparando ativo e passivo, o objetivo era mostrar que houve um salto maior do passivo – aliás, bem maior – do que do ativo.

No caso do resultado, mostramos o decréscimo do resultado líquido do exercício. Esse decréscimo é evidente. Em 2005 nós tínhamos... Esses dados vão estar disponibilizados para qualquer um que se interesse exatamente como nós estamos apresentando. De 252,4 milhões para 142 milhões. Estou pegando só os extremos: 2005 e 2010.



Falamos há pouco, e naturalmente o Presidente vai falar sobre os dividendos.

Nos quadros de baixo, nós vemos que as despesas com pessoal cresceram. Inclusive nós fizemos um trabalho apenas corrigindo pela inflação e vimos que houve um crescimento real da despesa também. Embora os dados registrem as despesas correntes, houve também um crescimento real das despesas.

O aumento do efetivo foi relativamente pequeno, pelo que eu pude ver, pelo menos nesses dados, segundo informações disponíveis nesses anos. O aumento do efetivo foi pequeno, mas houve um ganho aparentemente real de salários tanto nas despesas com pessoal, no que diz respeito especificamente aos salários, como também no total das despesas com pessoal. Por exemplo, isso acaba se refletindo nesse indicador da taxa de gasto com pessoal, ou seja, as despesas com pessoal divididas pelo resultado líquido. Vejam, então, que também há um comprometimento, há uma participação maior das despesas com pessoal no resultado líquido do exercício.

Também chama a atenção o fato de como se elevaram as despesas com serviço de terceiros. Vejam ali que aumentou de 0,14 para 0,47. Quer dizer, houve um crescimento da taxa de serviço de terceiros sobre a receita líquida. Ali fica evidente isso, pegando os dois extremos: de 0,14 para 0,47.

Também houve um crescimento expressivo nas taxas das despesas correntes. Vejam: ali tínhamos 0,94, e temos ali, no outro extremo, 4,10. Então, houve um crescimento expressivo também nas despesas correntes tanto nos serviços de terceiros em relação à receita líquida, como também nas despesas correntes em relação à receita líquida.

Com esses dados, nós temos ali informações de balanço que mostram o quanto, digamos, a saúde da instituição tem-se deteriorado ao longo desses anos. Observem que, pelo índice de liquidez corrente, nós tínhamos um índice de 1,21, em 2005, no primeiro ano da série; depois, isso passou a 1,07, 1,05, 0,81, 0,72 e 0,76, com uma pequena variação a favor no último ano da série, nesse último ano de 2010, já que nós não temos essas informações para 2011. São dados que dizem respeito à liquidez corrente, aquela liquidez de curto prazo.

No que diz respeito à liquidez geral – aí já tomando um período maior –, nós teríamos também uma deterioração de 1,50 para 1,41, para 1,35, para 1,30, para 1,28, para 1,26. De qualquer maneira, esse dado ainda está acima de 1, que é o limite, ou seja, o banco ainda teria condições de arcar com o que deve em função daquilo que possui.

Na terceira linha, nós temos, por exemplo, a parte do endividamento. Vejam que o endividamento foi crescendo. Nós temos ali a relação com o total do passivo. Vejam que passou de 0,63 para 0,67, para 0,71,



para 0,74, para 0,76 e para 0,77. Quer dizer, o endividamento foi crescendo. Estou repetindo sempre porque esses dados inclusive são aqueles que eu obtive na Secretaria de Controle das Empresas Estatais.

O retorno sobre o capital próprio foi caindo. Observem ali que aparecia 0,15, 0,10, houve ali uma pequena aceleração para 0,11, e, depois, mais uma vez, nós tivemos um decréscimo em relação ao retorno sobre o capital próprio.

A margem de lucro sobre as vendas, outra avaliação que faz o Departamento de Controle das Estatais, também foi caindo. Vejam que nós temos ali, no extremo de 2005, 0,28 e, no outro extremo, 0,11.

A receita líquida por empregado também caiu. Nós tínhamos 322,7 e fomos para outro extremo de 109,7. Quanto aos dividendos, o Presidente certamente vai esclarecer.

Bem, diante dessas informações e do tempo que eu não queria ultrapassar, até para podermos passar para a fase dos debates, que pode ser mais rica, eu diria que, a meu ver, dois aspectos poderiam ser debatidos e enfatizados tendo em vista esses números.

Em primeiro lugar, no caso, ressalto a maior transparência, porque penso que, hoje em dia, a transparência é algo que não há retorno. Nós tivemos recentemente a Lei Complementar 131, aquela que obrigava União, Estados e Municípios a disponibilizarem suas contas na Internet em decorrência da própria Lei de Responsabilidade Fiscal; nós tivemos também a Lei de Acesso à Informação, mas nós precisamos de mais informações. Nós percebemos, por exemplo, que não há informações disponíveis no *site* – não são tão relevantes como essas que eu apresentei – sobre passagem dos funcionários do banco. Existe até um local na página em que se previa que essas informações fossem disponibilizadas, mas elas não estão disponíveis.

Quando nós procuramos os resultados de receitas e despesas do banco, o que acontece? O *site* do banco, o portal do banco nos remete ao Departamento de Controle das Estatais, quando, a meu ver, seria desejável que o próprio banco pudesse divulgar essas informações sem precisar nos remeter inclusive ao *site* do órgão ministerial.

Por fim, nós evidentemente estamos aqui reunidos – parece-me que é este o objetivo – para discutir quais são as medidas que poderemos eventualmente – qualquer um de nós – sugerir a fim contribuir para o fortalecimento da instituição. Parece claro que esse é objetivo. Acho que as pessoas que aqui estão – naturalmente cada um com a sua intervenção – vão poder suscitar soluções, propostas, enfim, que possam ser acolhidas por todos, especialmente por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Gil Castelo Branco.



Passo a palavra o Dr. Paulo Vinhas Lima Júnior, do TCU.

O SR. PAULO VINHAS LIMA JÚNIOR – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Presidente, que honrou o TCU com esse convite. Em nome do Presidente Benjamin Zymler, apresento aqui a todos os Senadores e às pessoas presentes a satisfação de o TCU colaborar com esta Comissão do Senado ao prestar as informações sobre o controle que o TCU exerce sobre o Banco da Amazônia e os fundos por ele geridos.

A nossa apresentação vai focar especificamente no trabalho que o TCU desenvolveu sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A origem desse trabalho foi uma auditoria feita pela Secretaria de Macroavaliação Governamental, em 2009, sobre a PNDR. O resultado desse trabalho apresentou uma série de conclusões sobre distorções entre as diretrizes da política e a distribuição dos recursos dos fundos que servem de braço financeiro e de instrumento financeiro para a política. Como resultado, o Tribunal determinou que fossem feitas auditorias operacionais nos fundos constitucionais e nas instituições operadoras.

A nossa Secretaria no Pará ficou incumbida de realizar esse trabalho de auditoria e realizou duas auditorias operacionais no exercício de 2010.

Então, os objetivos dessas auditorias foram, no caso do FNO, avaliar o desempenho das entidades responsáveis pela administração do fundo como instrumento da PNDR. Essa auditoria que nós vamos enfatizar foi especificamente a auditoria feita no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, e também foi realizada, concomitantemente, uma auditoria no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) administrado pela Sudam.

A abrangência dessa auditoria foi de 2007 até o início de 2010, quando houve a realização do trabalho. Então, vemos que os dados não estão atualizados, infelizmente, porque a quantidade de dados era muito grande e não tivemos a possibilidade de fazer uma atualização desses dados.

Acredito que o que será possível apresentar aqui não demonstra grande discrepância nas tendências que nós pudemos observar no curso do trabalho.

A auditoria operacional teve basicamente duas questões. A primeira analisa o grau de aderência das aplicações do fundo à Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Então, essa questão principal veio no sentido de fazer um aprofundamento daqueles achados que já tinham sido feitos pela Semag e encontrar possíveis causas e apontar possíveis soluções para disfunções verificadas nessa aderência entre a distribuição dos recursos e as diretrizes da política.

E a segunda: qual o desempenho operacional do banco exatamente nessa função de operador do FNO. O trabalho foi desenvolvido junto ao Banco da Amazônia e a Sudam e, com base nos dados fornecidos pelo



próprio banco obtidos junto à Sudam e publicações do Ministério da Integração, foi possível formular algumas conclusões sobre esse grau de aderência, esse grau de observância da PNDR nas aplicações do FNO.

Então, nossos principais achados em relação inicialmente ao planejamento das aplicações e avaliações dos resultados: sabemos que a administração da FNO é feita por um conjunto de instituições, quer dizer, o Ministério da Integração Nacional atua num nível de programação macro das aplicações do fundo, de planejamento das aplicações, passa diretrizes a cada exercício para serem observadas, atua em conjunto com o Condrel da Sudam – Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e com o Banco da Amazônia, que faz a administração do fundo, todo o gerenciamento financeiro, a programação operacional e a aplicação dos recursos.

Então, em relação à atuação dos órgãos que fazem o planejamento das aplicações e avaliação dos resultados, verificamos inicialmente que um dos principais instrumentos para direcionar os recursos do fundo em consonância com as diretrizes da política, que seria o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, não foi aprovado para o quadriênio 2008 a 2011. As informações que nós obtivemos, as mais recentes é que ainda não houve a aprovação desse plano, ainda está em fase de discussões. Trata-se de um instrumento complexo que envolve a participação de diversos atores institucionais e da sociedade civil e ainda não houve o encaminhamento do projeto para aprovação pelo Congresso Nacional.

Em seguida, vimos a baixa aderência dos planos de aplicação do FNO aos critérios da PNDR, traduzindo, esses planos de aplicação do FNO são os instrumentos utilizados pelo banco para direcionar a aplicação de recursos pelo fundo, apresentam orientação por diversos critérios, como, por exemplo, o critério de distribuição por Estado, o critério de distribuição por porte do produtor, o critério por distribuição de setor econômico de atividade, mas, nos planos que nós tivemos oportunidade de examinar, não havia critérios de alinhamento dessas aplicações com o que está estabelecido na PNDR.

Então, detalhando um pouco mais, a PNDR estabelece que a distribuição de recursos deve seguir uma lógica de equilíbrio das distorções que há no desenvolvimento entre as regiões e dentro das próprias regiões. Então, nesse sentido, as aplicações devem ser direcionadas prioritariamente para as áreas de baixa renda e para as mesmas regiões prioritárias que apresentam indicadores de desenvolvimento e de rendimento mais reduzidos. Então, não se encontrava nesse plano de aplicação critérios específicos que direcionassem a atuação para atender a PNDR.

Verificamos ainda uma reduzida atuação do Condrel da Sudam no planejamento das aplicações e avaliação dos resultados. Esse achado diz respeito exatamente a que não verificamos nas deliberações do Condrel uma



avaliação mais aprofundada sobre essas distorções na distribuição dos recursos e nem de proposição de alterações nos planos de aplicação, de repasses de orientações para o Banco da Amazônia no sentido de medidas que viessem a reverter ou minimizar essa tendência de descolamento entre os critérios da política e a efetiva aplicação dos recursos.

Em relação à distribuição dos recursos em si, quer dizer, a parte realmente operacional da distribuição dos recursos do fundo, a gente pode verificar que, em relação aos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, vem acontecendo uma concentração dos recursos nas regiões consideradas como de alta renda na região. Então, a gente pode ver aí pelo gráfico que hoje a distribuição dos recursos na alta renda supera todas as demais e que algo em torno de 50% de todos os recursos aplicados pelo FNO estão indo para as regiões de alta renda. Repito: cerca de 50% do total de recursos está indo para a alta renda.

Além da distribuição estática, esse achado também mostrou uma tendência. Há uma tendência de crescimento paulatino, desde 2007 até 2010, dessa concentração nas regiões de alta renda.

Verificamos ainda que há uma concentração de recursos em projetos de infraestrutura, principalmente a partir de 2009, quando houve a retirada da legislação específica do fundo da limitação de percentual de aplicação de recursos em projetos de infraestrutura. A partir da retirada dessa limitação, houve um crescimento expressivo das aplicações em infraestrutura em grandes projetos como os de energia e isso ocasionou esse crescimento acentuado da aplicação nesse setor econômico em relação aos demais.

A gente chama a atenção aí para o fato de que a aplicação em infraestrutura é, efetivamente, para a nossa região amazônica, importantíssima, prioritária. Nesse sentido, compreende-se o esforço e o interesse do banco de aumentar a aplicação em infraestrutura, mas ponderamos que essa linha de atuação apresenta também um descolamento com a política no sentido de que muitas vezes, nessas aplicações, não há uma demonstração nos projetos da vinculação entre essa infraestrutura, seja ela energética ou de outra natureza, e os arranjos produtivos, a organização produtiva da região, o que, no nosso entender, é algo que deveria ser exigido.

Nesse sentido, recentemente, consultando a orientação do Ministério da Integração para aplicação dos recursos a partir de 2011, se não me engano, aliás, 2012, incluíram na mesma linha que nós sugerimos na auditoria que fossem estabelecidas exigências para que esses projetos em infraestrutura financiados demonstrassem, na fase de aprovação, que essa infraestrutura iria servir, estaria inserida no contexto produtivo local, de forma que esse investimento trouxesse os efeitos multiplicadores sobre a produção, renda e geração de tributos na região.



O outro achado diz respeito à concentração por porte. Já foi apresentada pelo Dr. Castelo Branco anteriormente essa questão e nossa constatação foi na mesma linha. Esse gráfico apresentado aí mostra claramente a tendência de aumento da concentração da distribuição de recursos para o porte grande, em detrimento dos portes pequenos, que apresentam até, no caso, algum grau de decréscimo em relação ao período de 2007 a 2010. Esse até tem uma abrangência maior e mostra que nós tivemos, no período enfocado pela auditoria, efetivamente uma tendência de decréscimo das aplicações em menor porte.

Quanto às causas desse fenômeno, o banco vem esclarecendo ao controle interno e ao próprio TCU que essa concentração deve-se ao comportamento da própria demanda. Os empreendimentos de maior porte naturalmente absorvem maior grau de recursos. Eles apresentam uma qualidade maior dos projetos exatamente por serem de grandes empresas, que têm condições de apresentar projetos mais bem estruturados, e essa tendência também é explicada pelo crescimento das aplicações em infraestrutura, que subiram a partir de 2008/2009. Então, a causa principal dessa concentração é uma resposta a uma demanda do próprio mercado em relação aos recursos do fundo.

Então, esses foram os principais achados em relação à aderência das aplicações do FNO em relação aos critérios da PNDR. De modo geral, a gente viu que há um descolamento e há uma tendência de agravamento dessa dissociação entre o que preconiza a política e a distribuição dos recursos.

A segunda questão básica desenvolvida no curso da auditoria operacional diz respeito à atuação operacional do banco, quer dizer, o desempenho operacional do banco, mas enfocando a atuação como administrador do fundo.

Em primeiro lugar, verificamos que o banco vem alcançando um bom desempenho e novas contratações, tem aumentado expressivamente o grau de novas contratações, novos contratos que vêm sendo feitos desde 2007, o banco vem alcançando bons resultados no aumento da alocação de recursos do fundo.

Porém, se fizermos uma segmentação dessas contratações, veremos que as metas estabelecidas nos planos de aplicação por segmento, em alguns segmentos elas não vêm sendo alcançadas, como, por exemplo, para os de porte pequeno, mini e micro e também para alguns Estados. Na distribuição de recursos por unidade da Federação não tem acontecido o alcance das metas.

Verificamos que há deficiências nos ciclos de contratação e fiscalização de projetos. Os dados das entrevistas que realizamos dentro do banco e a análise de relatórios do Controle Interno apontam que há deficiências no quantitativo e em qualificação de profissionais e isso estaria na raiz dessas deficiências nesse processo de contratação de novas operações de crédito e



também no acompanhamento e fiscalização de projetos, que é uma atividade essencial para prevenir a inadimplência e para garantir o retorno financeiro das aplicações.

Verificamos também a deficiência no sistema de controle de operações. Nesse sentido, destaca-se o atraso na implantação do projeto de excelência tecnológica do banco, que vem sendo desenvolvido desde o exercício de 2004, numa contratação com a empresa Cobra. O Presidente deve ter informações mais atualizadas sobre o grau de implementação do PET do banco, mas verificamos que até o último levantamento que o tribunal fez, em 2011, o sistema de fomento, que estaria previsto para gerenciar os recursos do FNO, ainda não tinha entrado em operação.

Finalmente verificamos deficiências na gerência de auditoria interna, no que diz respeito aos processos de trabalho. Notamos que os trabalhos de auditoria interna não têm um foco adequado nas contratações do FNO. Quer dizer, a auditoria do banco ainda não estabeleceu rotinas, procedimentos de fiscalização de auditoria mais específicos para o crédito de fomento, há limitações de pessoal e também de tecnologia da informação para modernizar e aumentar a eficiência dos trabalhos de auditoria.

Verificamos também deficiências no que diz respeito ao controle da inadimplência. No exercício de 2007 a 2009, verificamos que houve um crescimento acentuado da inadimplência, mas em 2010 já houve uma tendência de reversão do índice de inadimplência, que caiu para cerca de 5% do máximo de 6%, atingido em 2009.

Ao lado vemos que, apesar dessa tendência de queda, se fizermos uma análise por segmento veremos que os setores Pronaf e rural, principalmente, apresentam um índice de inadimplência bastante elevado se comparado com setores de comércio e serviços e indústria.

Esse também é um indicador de necessidade de melhoria de aperfeiçoamento do trabalho do banco para reduzir o índice de inadimplência por segmentos, principalmente no setor de agricultura.

Ali nós temos a deliberação que o TCU adotou. Ao apreciar esse relatório de auditoria operacional, fez um conjunto de determinações ao Banco da Amazônia relacionadas inicialmente com a análise de eficácia e efetividade do FNO como instrumento da PNDE, ou seja, é preciso avaliar quais os impactos sobre geração de empregos e renda nas regiões prioritárias definidas pela política, de forma a fazer uma avaliação do grau de eficácia e de eficiência dessa aplicação.

O aperfeiçoamento do desempenho das agências e superintendências com baixo desempenho na concessão de crédito com recursos do fundo aos portes pequenos, isto é, aumentar o foco da qualidade da atuação do banco exatamente sobre esses produtores que são os prioritários de acordo com a política e com a própria legislação do fundo.



Incrementar a medidas de divulgação de programa de financiamento do fundo. Nesse sentido também reconhecemos que o banco tem feito um grande esforço para aumentar a publicidade e atrair novos clientes para o fundo.

Aperfeiçoar as ações de acompanhamento da inadimplência, como já mencionamos, com foco na prevenção de inadimplência principalmente por parte dos pequenos produtores, com uma atuação segmentada, focada conforme as tipologias da política, além da implementação de critérios e padrões de avaliação da eficiência, efetividade e eficácia das áreas de reestruturação de ativos.

Ainda operacionalmente, a alocação de mais profissionais e recursos financeiros, capacitação de pessoal, revisão de procedimentos de acompanhamento, comprovação e vistoria de operações, o já falado instrumento de avaliação da eficiência e eficácia e aperfeiçoamento da atuação da gerência de auditoria interna nos aspectos operacionais em que foram verificadas deficiências.

Foram ainda dirigidas recomendações à Casa Civil da Presidência no sentido de estudar a possibilidade de fazer alteração da legislação do fundo para tentar determinar o estabelecimento de condições operacionais, principalmente de taxas de juros diferenciadas para as regiões prioritárias na PNDR, porque nós verificamos que a legislação do FNO, que é anterior à aprovação da política, não está alinhada no que diz respeito a essas condições operacionais, com os critérios colocados na PNDE.

Quanto à Sudam, também foram propostas medidas para o estabelecimento de metas e critérios quantitativos de distribuição dos recursos, conforme os critérios da política, por tipologia de microrregiões, algo que verificamos que não existia, e a inclusão dos planos anuais de critérios objetivos para a aferição da adequação dos pleitos de investimento às diretrizes da PNDR.

Nesse sentido, mencionei que o Ministério da Integração já atuou visando o aperfeiçoamento dessas diretrizes para direcionar as aplicações de acordo com os critérios definidos na política.

Finalmente, foram feitas recomendações à Secretaria de Políticas e Desenvolvimento Regional no sentido de encaminhar ao Congresso, ainda no exercício de 2010, a minuta referente ao PRDA – verificamos que isso ainda não aconteceu –, trabalhando o aperfeiçoamento dos pareceres de avaliação do FNO e incrementar as ações em coordenação com os demais órgãos e governos estaduais para o aumento de qualificação da demanda e a facilitação de acesso ao crédito por micro, mini e pequenos produtores.

Sobre esse último aspecto, ressaltamos que os trabalhos feitos tanto pelo Controle Interno quanto pelo TCU apontam que o aperfeiçoamento da atuação do banco é importante para o alcance dos objetivos da política, mas o



alcance efetivo para os resultados depende de um trabalho coordenado das três esferas governamentais, principalmente de um alinhamento da atuação dos Ministérios, do Governo Federal, no sentido de proporcionar mudanças estruturais nas áreas de transporte, de infraestrutura e de educação, de forma que essa demanda nas regiões prioritárias possa crescer e contribuir para a erradicação dessas grandes disparidades que se verificam nos indicadores econômicos e sociais dentro da Amazônia.

Muito obrigado. Estou à disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Passo agora a palavra ao Dr. Jenner Guimarães do Rêgo. O senhor tem quinze minutos para fazer as suas colocações e os acréscimos necessários, com certeza.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Obrigado, Senador.

Queria agradecer a oportunidade de participar dessas discussões, que reputo como da maior relevância, da maior importância para que possamos também prestar os devidos esclarecimentos acerca da atuação do Ministério da Integração como gestor dos fundos de desenvolvimento regionais e fundos constitucionais, bem como da intensa e necessária parceria que o Ministério mantém com o Banco da Amazônia para a implementação dessas linhas de financiamento com o sucesso que esperamos obter.

Queria, primeiramente, Senador, não entrar no detalhe dos números apresentados em relação aos indicadores econômico-financeiros do Basa, porquanto o Banco da Amazônia, como todas as instituições financeiras federais, à exceção do BNDES, é vinculado ao Ministério da Fazenda. Consequentemente não caberia ao Ministério da Integração fazer essas análises relacionadas à questão de índice de liquidez ou evolução patrimonial, além do fato de que o próprio Presidente do Banco da Amazônia está aqui presente e poderá, obviamente, dar detalhes mais específicos e esclarecedores a respeito desse assunto.

Gostaria de fazer algumas ponderações em relação ao relatório do Tribunal de Contas da União, apresentado aqui de forma resumida, mas bastante pertinente nas suas colocações no que diz respeito aos relatórios que envolvem o fundo constitucional, FNO, e também as mudanças que estão sendo implementadas na própria política nacional de desenvolvimento regional e nas diretrizes e orientações gerais para a utilização de recursos dos fundos constitucionais.

Primeiramente, com relação à aderência do FNO com a PNDR, o que identificamos ao assumir a Secretaria de Fundos Regionais do Ministério da Integração, em janeiro do ano passado, é que a própria PNDR está sendo trabalhada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração no sentido de buscar a sua revisão, para corrigir também algumas



distorções ali existentes, como por exemplo as questões que dizem respeito ao status econômico de cada Município ou de cada região quando se faz a classificação em termos de economia dinâmica, economia estagnada, baixa renda e alta renda. Por que isso?

Se tivéssemos atrelado no passado a questão da política de aplicação de recursos dos fundos 100% aderente à PNDR, em função do crescimento e dos programas de distribuição de renda implementados pelo Governo Federal ao longo dos últimos nove ou dez anos, perceberíamos que existem economias paupérrimas cuja população tem uma renda muito baixa, mas que, pelo crescimento sobre uma base pequena, apresenta um grau de dinamismo bastante elevado. Isso poderia prejudicar o atendimento na demanda a esses Municípios, porque eu teria que fazer essa diferenciação. Quando pegássemos a análise, veríamos uma capital ou uma região metropolitana com uma economia dinâmica e igual situação se repetiria em Municípios cuja população é extremamente carente, mas onde o programa Bolsa Família dentre outros, para não citar aqui os inúmeros programas de distribuição de renda, tiveram um efeito proporcionalmente muito grande, transformando a classificação desse Município de uma situação de baixa renda para uma economia dinâmica.

Então nós tivemos essa preocupação e estamos trabalhando agora justamente no sentido de fazer com que os próprios encargos financeiros e os limites de financiamento sejam diferenciados em relação aos Municípios, mas buscando também o estabelecimento de um grau de prioridade para aquelas regiões onde o Governo Federal pretende ver uma intensificação maior do nível de investimento, como no caso da Região Norte, as regiões e áreas de fronteira. Precisamos fazer desses fundos constitucionais e fundos de desenvolvimento regionais instrumentos da política econômica do Governo para ter um desenvolvimento mais equilibrado.

Queria entrar num outro ponto relacionado a isso. Quer dizer, a PNDR está sendo revisada e, ao mesmo tempo, a própria política de aplicação dos recursos dos fundos. Para 2012, nós já procedemos a algumas correções, alguns ajustes, inclusive, digamos assim, forçando um pouco mais a distribuição dos recursos, sobretudo para os pequenos e miniprodutores rurais, mas é importante considerar nessa avaliação dos números do desempenho do Basa em relação à aplicação desses recursos, dois fatores que considero importantes.

O primeiro deles é que fazemos a análise normalmente com base nos valores alocados, mas não se observam os quantitativos. Há efetivamente uma gama muito maior de operações de crédito concedidas para micro e pequenas empresas em toda a Região Amazônica do que para as grandes empresas.

Então, em termos de direcionamento, em termos do esforço do próprio banco, entendemos nós, no Ministério da Integração, que o banco tem



feito esse esforço e tem contratado efetivamente uma quantidade maior de operações com micro e pequenas empresas.

Obviamente, o valor médio dessa operação faz com que as operações com grandes empresas, sobretudo com projetos de infraestrutura, terminem apresentando uma distorção no volume de recursos aplicados, fazendo com que, aparentemente, o banco esteja priorizando as grandes empresas.

Quando o nosso companheiro do Tribunal de Contas falou dos financiamentos para infraestrutura, principalmente na área de energia, cada projeto desses, individualmente, absorve uma gama de recursos muito grande e, preocupados, inclusive com esse direcionamento de recursos, em função desses investimentos, absolutamente necessários para a região, mas que não têm, obviamente, o impacto direto sobre aquela região, como teria, por exemplo, a chegada de uma montadora ou de uma indústria intensiva em mão de obra, mas têm uma importância muito grande. Por outro lado, eles não são investimentos que se movem em função de um incentivo maior ou menor na taxa de juros, existindo linhas de âmbito nacional que podem, muito bem, abrigar esse setor de energia, por exemplo, como é o caso do BNDES. E não por outro motivo, nas discussões ao longo do ano de 2011, o Ministério da Integração, juntamente com o Ministério da Fazenda e o próprio Banco da Amazônia, assim como o Banco do Nordeste, que tinha também uma quantidade considerável de financiamentos na área de geração de energia, tomou-se a decisão de excluir o setor de energia das linhas de financiamentos dos Fundos Constitucionais e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais.

Esses serão e estão sendo atendidos com as linhas de recurso de âmbito nacional do BNDES. Por outro lado, houve também um reforço na aplicação, ou melhor, na disponibilidade de recursos para o Banco da Amazônia, assim como também na região Nordeste, a partir de um artigo que foi colocado na Medida Provisória nº 564, que está sendo objetivo, inclusive, de relatoria por parte do Deputado Danilo Fortes, para que promovêssemos a financiamento dos Fundos de Desenvolvimento Regionais. O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, por força de um artigo colocado pela MP 564, agora não estarão mais sujeitos ao contingenciamento orçamentário que acontecia não só no momento da distribuição do Orçamento, mas, sobretudo, na hora do desembolso. Era comum contratar operação de crédito, o cronograma estava ali ajustado e, na hora do desembolso, em função da inexistência ou insuficiência de espaço fiscal naquele momento, a Secretaria do Tesouro Nacional se via, por vezes, obrigada a retardar o desembolso dessas operações. Isso inibia a procura desses recursos por parte dos investidores privados, sobretudo as grandes empresas que, embora esses fundos apresentem uma taxa de juros mais baixa do que o próprio Fundo



Constitucional, seria preferível e mais confortável buscar a linha de financiamento do Fundo Constitucional.

Aí, precisamos, também, enfatizar outro aspecto. É que temos diferenças e, sobretudo desigualdades regionais e também intra-regionais.

É preciso que não percamos a oportunidade de dizer aqui para os senhores que é muito importante que o banco, o Ministério da Integração, o próprio Ministério da Fazenda, todos os órgãos envolvidos com o desenvolvimento regional tenham a preocupação, assim como os próprios Governos estaduais, de tentar, o máximo possível, carrear o que puder de investimentos para os Municípios mais carentes. Mas não podemos esquecer que toda a região é, comparativamente, muito carente.

Então, eu diria que o Banco da Amazônia e o Ministério da Integração não estariam em condições de descartar investimentos de grande porte nas regiões metropolitanas das capitais da região Norte, em função de um, digamos, excessivo cuidado com uma maior ou menor concentração de recursos em grandes empresas. Além de uma outra distorção essencial, que era também a forma e os critérios de classificação de porte, que eram definidos para essas empresas até o ano de 2010, inclusive durante boa parte de 2011. Quer dizer, historicamente, a classificação de porte de empresas era definida pelo próprio Fundo Constitucional. Então, havia situações em que o banco, atuando como repassador de recursos do BNDES e repassador do Fundo Constitucional, uma empresa poderia ser classificada como média ou até pequena empresa, para efeito de classificação de porte do BNDES, enquanto que no Fundo Constitucional era considerada grande, porque o critério é o de projeção de receita e os limites dessa receita que estabeleciam essa classificação eram diferentes. O que acontece de fato é que uma empresa é grande ou pequena em função da sua receita. Ela não passa a ser grande no Norte e no Nordeste e pequena no Sul e no Centro-Oeste. Ela é a mesma empresa.

Então, promovemos a correção dessa distorção, classificando adequadamente essas empresas, de sorte que hoje as empresas com faturamento anual até R\$ 90 milhões são consideradas médias empresas. Então, se pegarmos e excluirmos da carteira, da análise, melhor dizendo, as operações de financiamentos que foram concedidos nos segmentos de infraestrutura, sobretudo energia, se classificarmos essas operações anteriormente concedidas às grandes empresas e colocarmos essa empresa dentro do novo e adequado critério de classificação de porte, perceberemos que, na verdade - vou chutar um número, mas não tenho dúvida -, no mínimo, 80% dessas empresas que eram consideradas grandes, na verdade, são médias empresas, algumas até pequenas.

Então, é outra análise que pode ser feita pra que verifiquemos até que ponto, realmente, essa concentração. Primeiramente, se ela realmente existe nesse patamar e, segundo, o quanto é nociva ou não.



Nós temos o esforço no sentido de que se intensifique realmente a divulgação dessas linhas de financiamento do FNO em todo o território da região Amazônica, em toda a região Norte e a Amazônia em função do FDA, também, embora só atenda a grandes empresas. Para isso, foi criado o FNO Itinerante.

Temos levado, junto com o Banco da Amazônia, colegas do Ministério da Integração têm se deslocado a essas comunidades mais distantes, juntamente com o pessoal do Basa, justamente para mostrar e evidenciar essa linha. Agora, é óbvio que, por mais que se intensifique a quantidade, nós continuaremos tendo essa diferença em relação ao volume de recursos, por quanto, como disse, não esgotamos, estamos longe de esgotar a capacidade de absorção de investimentos e de necessidade de investimentos privados na região Norte do País.

Sem contar que Municípios merecem toda a atenção, mas o perfil da economia deles precisa ser acompanhado adequadamente, para que não corramos o risco, também, de colocar uma carga de investimentos excessiva nesses Municípios.

Vou trazer da minha experiência passada aqui à frente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco. Aconteceu uma situação em que uma enchente provocou praticamente a destruição de boa parte dos Municípios da Zona da Mata sul do Estado. Essa situação calamitosa levou as autoridades do Estado, assim como as autoridades do Governo Federal a anunciar a disponibilização de uma linha de investimento da ordem de R\$ 1 bilhão, para fazer frente à recuperação dos empreendimentos implantados e existentes naqueles Municípios. Só que a nossa avaliação – e ela se confirmou posteriormente – era a de que essas regiões não tinham capacidade de absorver, sob a forma de crédito, tamanho volume de recursos, por quanto a economia desses Municípios não tinham capacidade de geração de receita para pagar um investimento daquela monta.

Então, esse aspecto, também, precisa ser observado, porque, por mais que queiramos promover o crescimento de alguns municípios, o perfil da economia deles, enquanto não surgir um potencial de atividade econômica capaz de suportar um grande ou até mesmo um médio investimento, nós temos que limitar esses recursos ao potencial de absorção de crédito daquele município.

Então, esse é mais um fator limitante, para que pudéssemos chegar aqui, como é o ideal, e apresentar um volume de recursos mais expressivo na aplicação com os pequenos produtores e as pequenas empresas, do que com as médias e grandes.

Mesmo assim, os critérios de distribuição de recursos foram estabelecidos de tal forma que, o Banco da Amazônia assim como o Banco do Nordeste, hoje estão limitados. Eu diria que hoje a regra para 2012 foi modificada para que, no máximo, 20% dos recursos sejam comprometidos com



grandes empresas. Os 80% restantes teriam de ser distribuídos entre as médias, pequenas e microempresas, com um percentual equivalente a pelo menos 50%, com pequenas e microempresas e pequenos e miniprodutores rurais.

Aí precisamos recorrer, mais uma vez, e fazer com que os programas e as linhas de financiamento público tenham aderência com a política de desenvolvimento econômico do País. Havia uma distorção, no passado, inclusive em relação a equipamentos importados, porque o BNDES, na sua política de desenvolvimento setorial, restringia ou minimizava a possibilidade de financiamento de importados, enquanto os Fundos Constitucionais financiavam abertamente isso. Então, essa percepção nos leva a observar, na aplicação dos recursos do Fundo, também as políticas nacionais de desenvolvimento regionais e a política nacional de desenvolvimento setorial.

Então, neste momento, quando temos um cenário de crise internacional, em que temos que cuidar para que o nível de investimentos no País e, principalmente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não caiam, foi promovida, também, uma abertura, para que ainda neste ano de 2012, financiamentos com grandes empresas possam ser atendidos e até mesmo estimulados, para que não tenhamos o reflexo disso na economia do País fazendo com que terminemos chegando ao final do exercício sem comprometer os recursos do Fundos Constitucionais, o que seria um absurdo, se considerarmos que a região é carente, que a região busca, o tempo todo, inclusive através de suas bancadas parlamentares, um maior esforço do Governo Federal no sentido de prover os recursos necessários e os investimentos necessários em infraestrutura e estímulo ao setor privado, entrarmos, agora, em um processo de contingenciamento de crédito justamente para os grandes investimentos que sejam capazes de gerar uma quantidade de mão de obra maior e empregar maior quantidade possível de pessoas. Isso sem prejuízo, obviamente, de que o Banco da Amazônia, nem por orientação do Ministério, muito menos também por sua própria atuação, não está fechado ao crédito para os pequenos. Agora, é preciso que essa demanda exista. É preciso que as pessoas também procurem, busquem essas linhas de financiamento.

A questão é a seguinte: pode o Basa até chegar ao ponto de aplicar até 100% dos recursos disponível com micro, mini e pequenas empresas. Para isso, estamos trabalhando no sentido de que o FDA venha a ser a linha de financiamento ou o fundo de financiamento dos grandes projetos e dos projetos de infraestrutura, mas temos de ter a convicção e consciência de que a limitação está aberta. Eles podem fazer 100%, e não poderiam fazer mais de 20% com as grandes empresas, por quanto, disponibilizaríamos outra linha.

Mesmo assim, essa participação vai continuar sendo necessária. As regiões não estão em condições de abrir mão de grandes investimentos e, conseqüentemente, há que se administrar essa situação e passar a olhar essa análise dessa prioridade que é dada aos pequenos a partir dos quantitativos de



operações e não somente a partir dos valores colocados à disposição das empresas.

Eu acho que eram esses os comentários que queria colocar. Mas gostaria de fechar um ponto relativo à questão em relação à aderência com PNDR e com relação aos encargos comentada aqui pelo Sr. Senador muito pontualmente e de forma pertinente. Hoje, com a queda dos juros, as taxas de financiamento dos fundos passaram a ser pouco atrativas e até, diria, pouco competitivas.

O próprio Banco da Amazônia tem nos procurado. Nós tivemos algumas reuniões envolvendo o pessoal do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, do próprio Banco do Brasil, e já está em tramitação uma proposta junto ao Conselho Monetário Nacional, no sentido de que essas taxas sejam revistas. Estamos entrando em entendimento com a Fazenda, para buscar uma redução proporcional, da mesma forma como caíram os juros do BNDES, que é uma fonte de cunho nacional, para que tenhamos uma diferenciação regional que se mantenha em relação a essas taxas.

Obviamente, não podemos ainda declinar que taxas serão praticadas, porque ainda estamos em negociação com a Fazenda. Mas quero crer que até o final da próxima semana, o Ministro Guido Mantega estará reunido com o Ministro Fernando Bezerra Coelho, para que entremos em consenso sobre qual o percentual a ser aplicado em relação aos financiamentos rurais, com pequenas, miniempresas, com pequenas e médias empresas e também grandes do setor industrial, comercial e de prestação de serviços. E, na sexta-feira da próxima semana, até lá, acredito que esse ponto vai estar fechado e essa resolução ser aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, promovendo o ajuste dessas taxas de juros que, mais do que desejável, é absoluta necessária.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Jenner,

Passo a palavra ao Dr. Abidias José de Souza Júnior, Presidente do Basa.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Bom dia, Sr. Senador, Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

Já tivemos diversas oportunidades conversando seja sobre a questão do agronegócio, aqui nesta Comissão, como também discutindo assuntos de interesse do Estado de Rondônia, onde V. Ex^a atua de forma implacável. Agora não estão aqui mais os Senadores Sérgio, Benedito e Jayme, mas está aqui a Senadora Kátia, com seu filho, Deputado, Parlamentar. Agradeço pelo convite. O Banco da Amazônia está aqui. Tivemos outra oportunidade, mas não foi possível. E, naquela oportunidade, como o senhor



presenciou, nós trouxemos aqui a diretoria inteira do Banco da Amazônia, o Conselho de Administração e também a Secretaria Executiva da Fazenda.

É muito importante para esta Casa, para esta Comissão e para a sociedade brasileira conhecer o trabalho que está sendo feito, as diretrizes que estão sendo colocadas e a capacidade da diretoria de estar aderente à proposta do Conselho e do seu acionista majoritário.

O tempo é curto. O senhor viu que as demandas aqui são grandes. Vou tentar correr. Se eu não conseguir, a gente vai nas respostas. Depois vai ter o debate, a gente tenta passar.

O Banco da Amazônia é responsável, hoje, por 13% da malha de agências da região amazônica. Nós temos 72% de todo o crédito e fomento praticado na região Norte, ou seja, a cada cem reais aplicados no fomento, R\$72,00 saíram do Banco da Amazônia, os demais 28% saíram do Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Itaú, e por aí vai.

Outro ponto muito importante que eu ressalto é que 98% dos Municípios da região Norte estão contemplados com crédito do Banco da Amazônia. Isso, até uns quatro anos atrás, estava em torno de 83% e tem um trabalho intenso para poder fazer uma abordagem e preencher 100% dos Municípios. Ainda existia uma carência no Bico do Papagaio, nós conseguimos vencer essa dificuldade e estamos tentando, também, superar na região do Alto Solimões, lá no Amazonas.

Isso aqui foi muito bem colocado pelo Dr. Jenner – aliás, uma saudação ao Dr. Gil, ao Dr. Jenner e ao Dr. Paulo Vinhas –, nós conseguimos alavancar para 98% dos Municípios atingidos, em função de um trabalho que está sendo feito, em parceria com o Ministério da Integração, já na gestão do Dr. Fernando Bezerra, que é o FNO Itinerante, de onde nós saímos, o Banco da Amazônia, Ministério da Integração e parceiros, sobretudo os Estados e Municípios, para fazer a divulgação e as oportunidades que o Fundo pode trazer para a região.

Aqui, é uma dispersão de como está a aplicação dos recursos nesses dez anos que nós pegamos aí. Hoje, nós podemos colocar que está em torno de R\$22 bilhões. Este ano já tem um desembolso perto de R\$1,5 bilhão para R\$2 bilhões. Então, ele tem concentrado, desse valor que foi colocado, oito bilhões no setor rural e doze bilhões no setor não rural. Essa é a série histórica.

Aqui também, na série histórica, a gente coloca como estava a dispersão. Em 2002, era 38% para o setor não rural e 62% para o rural. Em 2011, está 60% para o não rural e 40% para o rural.

Aqui é uma dispersão no tempo das aplicações para a agricultura familiar. Em 2002, R\$ 94 milhões; em 2011, que é ano fechado, 491. Aqui é safra. Pega julho de um ano a julho do ano seguinte. Então, tem que fechar a safra.



Aqui, dentro do agronegócio, como estava caracterizada a dispersão dos recursos. Então, para a agropecuária, agroindústria, aquicultura, silvicultura, e aqui o total, que bate com aquele anteriormente divulgado para os senhores.

Dentro do agronegócio, pegando aqui a questão da dispersão, pecuária pegou 61% e a agricultura, 35%. São as duas frentes de maior assistência dos recursos.

Aqui, estamos colocando por setor, por Estado. Vamos pegar o Estado do Senador Presidente: rural, R\$1 bilhão, 15% do montante, e para o não rural, R\$1,6 bilhão, 21% do montante. Aqui nós podemos colocar que os dois Estados que mais realizam são o Estado do Pará e o Estado de Tocantins. Aliás, o Estado de Tocantins é a segunda carteira do Banco. Quando cheguei, foi até uma surpresa. Eu pensei que seria o Amazonas, por estarem ali muito concentradas as indústrias nacionais, mas, pelo contrário, o Amazonas é a quarta carteira do Estado – Pará, Tocantins, Rondônia e Amazonas.

Na Amazônia existe muito potencial, e nós estamos conseguindo dar uma alavancagem boa. Só para fazer uma comparação, no período de 89 a 2002, foram aplicados no Fundo R\$3,7 bilhões. De 2003 a 2006, R\$4,2 bilhões, e de 2007 a 2012, R\$10,6 bilhões. Aqui já pode colocar R\$1,7 a mais, que já chegou a R\$11,2, mais ou menos.

Outra novidade que nós conseguimos fazer acontecer é a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Até então, muito embora ele seja de 2002, não tinha sido feita nenhuma contratação no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Nós conseguimos especializar o pessoal do Banco. Eu digo que hoje temos uma célula pronta para tratar de operações de *project find*, de *corpore find*, que são operações estruturantes. O FDA, até então, era restrito a empresas S/A. Então, conseguimos dar essa alavancagem e contratar R\$3,7 bilhões com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

Existe, sim, nesse montante aqui, uma concentração na área de energia. Como foi colocado, são empresas S/A. Os Estados do Tocantins, Pará e Rondônia são os três Estados que mais receberam assistência do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

Vou passar rápido. Trata-se dos benefícios que são gerados com as aplicações do Fundo. De cada cem ocupações viabilizadas pelo financiamento, 76 são geradas na própria região Norte. Coloca-se o recurso, faz-se o investimento na região Norte, é lá mesmo que se está gerando emprego, é lá mesmo que se está buscando a mão de obra, ou seja, gerando emprego e renda para a população.

Aqui seriam os destaques dos setores onde foram contemplados – serviços, comércio, construção civil, infraestrutura, indústria, agroindústria, extrativa, agropecuária. Então, é onde os empregos estão sendo gerados.



Aqui, os efeitos na economia regional. A cada ano de aplicação dos recursos, existe uma metodologia que é a do próprio Ministério da Integração. Como foi bem colocado aqui pelo Dr. Jenner, o Banco da Amazônia é apenas um operador do Fundo. O gestor do Fundo é o Ministério da Integração. As mudanças, as proposições e o amadurecimento das regras do Fundo se dão no Conselho Deliberativo da Sudam, que está composto por nove ministérios, que tem que ser o Ministro e o seu secretário executivo. Os nove governadores da Amazônia Legal compõem o Conselho Deliberativo. Então, por exemplo, colocamos a questão da energia. A energia foi inserida no plano de aplicação do Fundo Constitucional do Norte porque os governadores da região amazônica pediram que fosse colocado e que era uma oportunidade de fazer atratividade de recursos para a região e, conseqüentemente, efetivação de projetos estruturantes para melhorar a qualidade de vida e as oportunidades para o setor.

Foi agora tirada a opção de fazer aplicação em energia também por uma decisão, que não está ainda muito pacificada, mas a maioria entendeu que deveria tirar a aplicação do Fundo. Nessas aplicações que a gente faz ano a ano, pela metodologia do Ministério da Integração, você tira a quantidade de postos gerados. Em 2011, a expectativa foi de que 243 mil postos de serviços foram gerados com a aplicação do Fundo Constitucional do Norte na região Norte.

É uma metodologia do próprio Ministério da Integração. Senadora, existe uma matriz e nessa matriz a senhora coloca o setor, o segmento: pecuária gera tanto, agricultura gera tanto por hectare, por animal. Então, chega naqueles números. E é de conhecimento público. Se for o caso, eu posso até passar para a senhora analisar mais amiúde no gabinete.

A inadimplência do Banco tem 20% no grande produtor, 23% no médio, 12% no pequeno e 44% no mini e no micro. É aqui onde está repousando a inadimplência do Banco: Pronaf, 10.44%; FNO Biodiversidade, 10.8%; FNO Rural, 8.25%; FNO não Rural, 1.76%; e o microempreendedor individual, 0,57%

Senadora, uma proposição para o Conselho foi trabalhar linhas de crédito mais ou menos aderentes à política de baixo carbono. Temos, hoje, o projeto ABC, do BNDES, a linha ABC. Nós também repassamos o ABC via Banco da Amazônia, e tem a Biodiversidade. Seria o plantio direto, consórcio, floresta, pecuária, lavoura. Seria um ABC do Fundo, com a linha do Fundo Constitucional do Norte, porque a linha do BNDES é recurso específico dele. Só que existem características diferentes no limite. O BNDES é limitado a R\$1 milhão. Nesse caso, pode ir a R\$7,5 milhões para a nossa região e, na região bem depreciada, pode ir a R\$10 milhões.

A inadimplência final, em 30/12/2011, foi 5,81. Essa inadimplência, hoje, está em 5.2. Ela vem sendo trabalhada porque nós tivemos um período



grande de paralisação no ano passado. As coisas não foram tratadas durante aquele período. Nós estamos recuperando o tempo. Então, ela, caiu para 5.2 hoje.

Alguns detalhes, só para conhecimento de vocês. O Banco, além de fazer a política de desenvolvimento, é o principal agente estimulador da pesquisa na região. Foram mais de 366 projetos contemplados, dez anos de assistência e busca de propostas que possam fazer a diferença.

Há algumas sugestões do que contemplamos. Um exemplo é aquela proposta da Universidade Federal de Tocantins. O biodiesel através da batata-doce foi uma proposta financiada também por nós, patrocinada por nós.

Há também outros casos também. Assistência rural. O banco fez um aporte de R\$3 milhões para poder ajudar na assistência técnico-rural. Foi possível comprar carros, computadores, fazer treinamentos, lanchas, para poder dar melhor qualificação no processo de concessão de crédito para os mini e pequenos. Dois mil técnicos. Faço até questão de ressaltar, isso não é papel do Banco, seria papel da Sudam, mas a Sudam está em fase de reestruturação. Então, para podermos alavancar e qualificar os nossos aportes, trouxemos para nós essa possibilidade de fazer essa qualificação. Então, dois mil técnicos foram treinados e vinte mil agricultores familiares também foram treinados com esses recursos repassados pelo Banco, R\$3 milhões.

Aqui, alguns desafios para a Amazônia. Temos que buscar a questão do ordenamento mediante regularização fundiária, ampliação dos investimentos em infraestrutura, elevação do nível de organização dos pequenos produtores e das micro e pequenas empresas, a melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural, capacitação tecnológica, geração de conhecimento, pesquisa. Essas são algumas contribuições que a gente deixa.

Para poder não fugir ao tempo, vou tentar responder rapidamente as provocações dos colegas, que foram colocadas à mesa durante as exposições. Eu queria acolher essa sugestão do Dr. Gil. Para mim, também é surpresa dizer que, se temos relatórios disponíveis, porque esses relatórios não estão publicados. Recebi, agora, uma informação da minha assessoria de que de alguns relatórios têm que ser extraídas as informações estratégicas. Então, que se extraiam as informações estratégicas e se divulgue aquilo que pode ser divulgado.

Com a Lei da Transparência, não tem por onde. Isso aí tem de ser colocado, exceto as que forem consideradas estratégicas da empresa, com o caráter restrito, que vamos ter de colocar e dizer que isso está lá por ser enquadrado como caráter restrito.

As demandas aqui são tantas que vou tentar consolidar. Foi falado aqui sobre a questão do investimento em tecnologia, um projeto. Foi citado o nome da empresa. O que eu posso dizer para os senhores? Esse projeto é de 2003 e ele contamina, Dr. Gil, aquela questão dos investimentos que o senhor



colocou lá. O senhor pode ver que, em 2004, foi para cento e sessenta e tantos milhões – 169, eu anotei aqui –, que é justamente o valor do projeto que foi colocado lá.

O que aconteceu? Quando chegamos à empresa, no meio de 2007, esse projeto tinha 85% do financeiro desembolsado e apenas 15 do físico entregue. Está sendo uma batalha forte. O colega Paulo, do TCU, está aqui. Ele acompanha. Nós temos tratado isso com muita seriedade, com muita rigidez. É o dinheiro público que foi colocado para fazer a modernização de uma empresa e esse recurso tem de ser aplicado. Hoje, existem, 87% do físico entregue, com 86% do financeiro desembolsado. E mais: em 2009 – é de conhecimento também do Tribunal de Contas –, nós provocamos uma mediação, buscamos um terceiro, uma empresa terceira, jurídico e tecnológica, para fazer a mediação desse problema do atraso.

O Banco da Amazônia saiu vencedor, e houve um retorno para o banco. A empresa que está fazendo a implantação do projeto retornou para o banco R\$42 milhões.

Então, essa aplicação que foi colocada lá, esse aumento de investimento é esse projeto aqui que foi desembolsado e que não havia sido entregue. Hoje está 87% do físico entregue; 86% do financeiro pago. Eu praticamente não paguei nenhum centavo desse projeto, e conseguimos, por intermédio da gestão do diretor Antônio Carlos, que é o diretor de tecnologia, elevar o grau de execução desse projeto. Hoje, são 87% físico, e 86%, financeiro. E houve esses R\$42 milhões que retornaram para o banco, que foi o processo que nós botamos de mediação para descobrir onde aconteceram as fragilidades e o retorno para todos nós.

Então, essa questão de TI, o banco precisa. Foi feita uma modernização jamais vista na história financeira do País. Propuseram uma coisa que realmente é muito ousada. Porém, eu entendo perfeitamente a disposição dos gestores à época. O banco estava realmente carente, quase que inoperante em função da tecnologia. Então, fizeram um projeto ousado. Envolve a frente (*Inaudível.*) bancária, uma frente RP e uma frente fomento. RP você compra no mercado. Existem vários fornecedores, você compra o produto, você instala, mesmo sabendo que há um grau de não execução de 70% na maioria das RPs. Quem entende de RP pode retornar sobre isso. Está retornando agora com uma força maior. Agora, fomento, não existe em prateleira um projeto de fomento, um sistema de fomento para você comprar. Os grandes bancos operadores de fomento no País chamam-se Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil. Nem o Banco do Brasil tem um programa de fomento da estatura do que está construído no Banco da Amazônia. Quer dizer, ousaram demais, e, nesse meio tempo, houve essa situação.

Eu cheguei ao banco e me deparei com essa situação, e não era uma matéria que eu conhecia. Tecnologia eu sei usar bem, mas não sei a



construção de sistemas, de linhas, a consecução toda. Eu fui me permitir conhecer sobre isso.

Nós temos que entender também que, no mundo, cerca de 72% dos projetos de modernização tecnológica têm problema na sua execução, seja por falta de recursos, seja por estimativas errôneas, seja por problema na execução, seja na sua integração. Ou seja, é complicada mesmo a questão tecnológica, e tenho certeza de que o Dr. Paulo, que aqui está, deve ter feito outras auditorias e constata que existe esse tipo de situação que você vai conhecendo à medida que você vai implantando, ainda mais no banco, em que um projeto muito ousado foi colocado.

Mas eu coloco aqui, Senadora: eram 44 sistemas esse projeto de modernização tecnológica. Quando eu assumi, havia apenas seis sistemas entregues e seis sistemas sem grande importância. Hoje nós já temos 39 sistemas entregues desse pacote de 47. Então, o banco já está se beneficiando dessas possibilidades, dessas oportunidades.

O Dr. Gil colocou também sobre São Paulo estar se beneficiando sendo o terceiro maior colocado dos benefícios de recursos do banco.

Na verdade, Dr. Gil, existem empresas que fazem essa contabilidade lá. Eu posso emprestar o FNO na agência de São Paulo. Agora, ele não é aplicado em São Paulo. Ele só pode, por força de lei, ser aplicado na região Norte. Então, esse recurso está aqui.

Um outro variante dos recursos do banco é que nossa mesa de câmbio está centralizada em São Paulo. Então, todas as operações de câmbio da Amazônia são feitas via São Paulo. Mas a geração dos benefícios e aplicação dos recursos é na região de atuação do banco, na Amazônia.

Uma outra situação foi colocada pelo senhor sobre a questão da elevação do passivo. O que acontece? Eu vou deixar esse ponto aqui, pois eu precisaria de uma atenção para poder informar.

A questão de despesas de pessoal, o senhor colocou que houve uma alavancagem das despesas de pessoal. Qual é a política do banco? A política nossa foi: ao entrarmos no banco, sentarmos à mesa da Fenaban, e o indexador que foi tirado pela Fenaban o banco vai seguir e vai passar para os seus colaboradores. Então, nós estamos fazendo o que todos os demais bancos estão propondo para os seus colaboradores. Aquilo que é tirado na mesa da Fenaban, como indexador de correção, nós temos colocado. E realmente a categoria bancária, nos últimos anos, nos últimos cinco anos, todos eles têm conseguido, na mesa da Fenaban, a reposição da inflação mais aumento real. E isso, realmente, ao final, ele impacta na diferença, como o senhor colocou por aí.

Mas é uma decisão da diretoria, é uma decisão do conselho de administração do banco. E é uma política de ter uma sintonia. A partir do momento em que você aceita sentar à mesa da Fenaban, para poder, ali o que



for negociado, você repassar, seria incoerente você sentar lá para pegar outros pontos, e aquele que é o principal, de interesse dos colegas bancários, nós não fazemos essa aderência àquilo que foi tirado.

Mas eu queria, então, retornar à questão do passivo que o senhor colocou.

Para poder resumir, todas as fragilidades que o senhor apontou em nível de balanço, elas não são de hoje. Eu, quando entrei no banco, com dois meses, eu fiz um relatório para o Sr. Ministro da Fazenda e coloquei expresso a minha preocupação com o que estava acontecendo. Não estou julgando ninguém, não é isso. É que o Banco da Amazônia, na sua história, teve uma concentração das suas receitas pautadas e auferidas da tesouraria. Setenta e oito por cento da margem de contribuição do resultado do Banco da Amazônia chegou a vir de tesouraria, em detrimento do repasse do crédito.

E aqui também quero corrigir um conceito. Foi dito por um parlamentar há alguns anos que os bancos públicos operadores dos fundos constitucionais preferiam não operar os fundos para deixar o dinheiro entesourado – se eu tiver falando algum linguajar que foge ao entendimento dos senhores, me deem uma corrigida –, se houver algum recurso que está lá para ser aplicado no mercado financeiro, vamos dizer assim, no extramercado, para poder auferir receita.

Na verdade, aquilo que você tem em tesouraria, que é aplicado no mercado financeiro, é remunerado para o próprio fundo. Noventa e cinco por cento da receita que você auferir dessa intermediação financeira é alocado no próprio fundo. Ou seja, você está vitaminando o próprio fundo.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Vocês recebem taxa de administração por essa aplicação...

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Nós só recebemos a taxa, Senadora, quando nós aplicamos em crédito. Em crédito. O que nos temos é 5% do auferimento dessa receita para aplicar os custos operacionais para você botar o recurso no mercado, mas a taxa de administração você só recebe... Agora, é 5% do ganho no mercado, não é do recurso. Senão nós vamos... Não, porque já houve conceitos de todas as maneiras.

Então, Dr. Gil, aquela questão do endividamento ali está carregado para uma política ousada de tesouraria. Eu estava falando sobre a questão de 78% da concentração em tesouraria. O que acontece? Qual foi a minha preocupação quando eu fiz o relatório para o Ministro? O Brasil vinha num processo de buscar a queda das taxas de juros. Quando eu entrei, as taxas de juros eram de 16%. E já havia uma sinalização tanto dos analistas de mercado quanto do próprio Governo de que essa taxa de juros ia cair. Aí eu peguei, nessa concentração do banco, no seu resultado como tesouraria e fui ver. O meu colega que me antecedeu, no primeiro ano de gestão, ganhava em tesouraria 36% de taxa de juros. Então, ele teve um resultado só em tesouraria



de R\$1,3 bilhão. Aí se você não aplica recurso, se você não intensifica cobrança dos créditos que estão inadimplidos, eles não vão aparecer, porque eles vão ser absorvidos por aquele colchão que você ganhou com as taxas de juros.

Eu peguei com 16% e sabia, já tinha indicativo do mercado e do Governo, de que essas taxas iriam cair. Então, estava claro que ia aflorar as fragilidades que aconteciam no banco. Então, isso foi muito bem mapeado a seu tempo, tanto que, ao descobrir isso e ao colocar ao Ministério de maneira muito tranquila e muito serena, por meio do relatório que ali entreguei, ali me foi pedido que fizesse uma reestruturação plena do banco. E, nessa reestruturação plena no banco que nós começamos a implantar, foi dito, com dez anos, nós vamos ter que trabalhar e buscar com muita intensidade essa maneira de você fazer o ajuste do banco. Você não consegue fazer uma reestruturação no que se propõe e no que se precisa para essa empresa num curto período de tempo.

Esses dias, quando caiu a taxa de juros agora, para o seu mais baixo patamar, eu escutei do diretor Antônio Carlos, do banco, porque eu mandei uma mensagem para eles, SMS. “Nosso desafio aumenta mais. Acaba de acontecer novamente a redução da taxa de juros. Multipliquem as suas metas”. Daí ele me manda de volta. Ele é colega de banco, 33 anos de empregado no Banco da Amazônia. “Presidente, eu até prefiro. Que a gente agora saiba que a nossa sobrevivência depende do nosso trabalho, um trabalho qualificado, um trabalho mais ousado, de uma expansão forte daquilo que nós estamos fazendo”. Então, isso está sendo colocado para os colegas: aquele banco... A maneira como a coisa acontecia lá no passado, que eu não estou julgando que era certo, que era errado. Nada disso. Muito pelo contrário. Ele só não cabe mais para o dia de hoje. Nós temos que agora buscar. E é aí que aumenta o passivo da gente. Nós temos que fazer uma política de tesouraria muito mais firme, efetiva, para que você possa obter aqueles ganhos que você imaginava que você tinha lá no passado, de R\$1,3 bilhão – estou falando quando estava em 36%, mas já chegou a 49% a taxa de juros no País –, nós possamos buscar.

A política de tesouraria, também nós fazemos a proposição para o conselho de administração. O que fez com que nós nos endividássemos mais? Nós saímos de uma política de tesouraria que podia aplicar em títulos privados o máximo de 20%. E nós propusemos ao conselho de administração, como uma opção de nós conseguirmos buscar recursos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Vou concluir o mais rápido possível. Nesse momento em que existe essa dificuldade de crédito, nós pudéssemos colocar esses recursos em títulos privados, elevando para 28%. Apenas colocamos uma condicionante que, de 20%, que era o que existia, para 28% será só para clientes *triple way*, clientes com *rate* primeiríssima linha, para



que nós pudéssemos alavancar a política de tesouraria. Então, isso impacta diretamente lá no nosso passivo.

Dizer aqui também sobre a questão transparência, passagem, essas coisas todas. Vamos trabalhar para poder colocar isso aí. Agora, eu posso garantir ao senhor. Se há uma pessoa que foi mais austera na questão dos gastos do banco da Amazônia, eu, com toda simplicidade, eu posso dizer que é esta diretoria. Nós temos trabalhado de maneira efetiva. Veja bem, eu venho para cá, vim do Rio de Janeiro hoje, às seis horas da manhã, eu sequer ando com um assessor ao meu lado para poder me orientar em eventuais situações. Cartão corporativo. Eu sou capaz de afirmar: o que se gasta em cartão corporativo no Banco da Amazônia hoje não é 15% do que se gastava em 2006. Isso tudo não é porque se gastava mais, não. É porque nós temos pedido para poder trabalhar com austeridade, porque nós temos que controlar cada centavo gasto no Banco da Amazônia.

A política de reconhecimento dos empregados. Não usei minha caneta em nenhum momento para poder nomear ninguém. Desde a nossa chegada lá, é processo seletivo para que aqueles que têm o melhor preparo, que tenham buscado se aperfeiçoar possam ser contemplados. Então, essa é a política de funcionários.

Eu quero contemplar a sua sugestão aqui sobre a questão da despesa de pessoa. É que quando você faz... Um exemplo: a despesa pessoal de 2012 já está toda comprometida agora em junho, porque foram mais de mil pessoas treinadas neste ano. Então, temos que olhar a questão de valorização e da formação do quadro e também cuidar daquelas despesas que o senhor está me cobrando ali, que aumentaram. Então, é aquela dosagem: gasta daqui, mas há que haver o devido retorno do outro lado.

Sobre qualquer tipo de gasto. Sendo necessário, Sr. Presidente, eu tenho o maior presente em mandar para o gabinete do senhor quanto é que gastou em passagem tal ano, quanto é que gastou, não sei, em cartão corporativo tal ano. Estou à disposição. Isso aí é obrigação do gestor público. O dinheiro é da sociedade, e ela deve nos cobrar, e nós temos o dever de apresentar tudo isso.

Sobre o que falou o Dr. Paulo a política da PRDA, acredito que o Dr. Jenner tenha colocado para o senhor. A política é desenhada por uma série de atores dentro do Condell da Sudam, por orientação do Ministério da Integração, e o Banco da Amazônia também é um autor dentro desse processo. E, em 2012, já temos a sinalização, já foi aprovada uma política para 2012, nós já nos comprometemos quando da aprovação dessa política, que foi lá em Manaus, no Condell, com o Sr. Ministro. Já está se buscando um aperfeiçoamento dessa política. Então, quer dizer, existe um trabalho feito e já direcionado para o aprimoramento disso tudo.



Os recursos concentrados na alta renda, como foi colocado aqui. É importante, mais uma vez, salientar: 92% do número de operações de crédito da Amazônia vai para o mini e pequeno. Noventa e coisa por cento do número de contratos. O que acontece? Logicamente, com uma operação de uma agroindústria, de uma energia ou de qualquer outro empreendimento de grande porte, ele consome e absorve diversos contratos em relação ao pequeno. Mas nós temos um olho crítico para essa situação. Os projetos que foram aprovados de energia, seja no Tocantins, seja no Pará, seja em Rondônia, todos eles tiveram o cuidado para que, na contratação, não fizessem um desembolso imediato. Em Rondônia, por exemplo, nós fizemos um desembolso em quatro anos. Aprovamos e, em quatro anos, fizemos o desembolso desse projeto. Tem uma *tranche* para ser feita agora.

O Paulo citou aqui um aumento nas contratações, e consegue enxergar também as contratações que são feitas agora e as que foram feitas no passado. Nós temos hoje muito critério nessas contratações. Logicamente, quem está no mercado, quem está investindo dinheiro, tem um risco associado a sua atividade. Nós temos trabalhado para fazer essa qualificação, e os colegas do Banco da Amazônia estão preparados para isso. No Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, nós temos feito desembolsos bem superiores ao que Banco da Amazônia tem feito em número de contratos, porque nós temos já... o Banco do Nordeste tem feito número de contratos, pela especificidade que fizemos: nós qualificamos o grupo, e o grupo consegue suprir e se colocar sobre isso.

Eu falei do FNO itinerante, mas também teve uma ação que tem ajudado bastante no desembolso, sobretudo para micros e pequenas empresas. Eu não vou passar ou outro *slide* que eu tinha. Alavancamos, saímos de R\$12 milhões, R\$7 milhões em anos atrás. Tenho a relação aqui. Em 2006, para micros e pequenas empresa, o Banco, em si, não aplicava R\$20 milhões. Fizemos, em 2011, R\$700 milhões.

Teve um avanço considerável em função também de um trabalho feito com o Sebrae, que é o Sebrae e o Banco da Amazônia mais perto da micro empresa. Isso está sendo possível. São 143 seminários sendo realizados na Amazônia. Todos os Estados já foram contemplados com esse seminário, e estamos caminhando para o final.

Foi colocada também pelo Paulo a questão de fiscalização de projetos. É um constante aperfeiçoamento. Contratamos 50 mil projetos por ano e temos que estar em cima de todos, acompanhando. Criamos uma gerência executiva efetiva para isso, que é a Gerência de Acompanhamento de Crédito e de Fomento, que é a Geafo. É do seu conhecimento. Na reestruturação, nós criamos essa gerência executiva específica para acompanhar os projetos. Agora, é uma luta constante.



A questão de controle também foi colocada. Também foi na nossa gestão, na nossa reestruturação. Você também coloca que nós criamos a gerência de controle e segregamos a gerência de risco. Essa gerência tem aperfeiçoado seus controles. Colocamos os coordenadores de conformidades, que é do conhecimento também do TCU, em cada superintendência. Esse coordenador de controle, na superintendência, não é vinculado ao superintendente, mas ao diretor. Assim, intensificamos as contratações qualificadas, ou seja, qualquer contratação, hoje, acima de R\$100 mil passa previamente pelo departamento do controle para ser contratada. No controle, identificamos se estão lá as licenças prévias, as garantidas constituídas, as assinaturas de todos os intervenientes do contrato, se foram cumpridas todas as exigências dos estudos pré-contratuais. Então, hoje, tem tido uma qualificação maior porque estão colocados esses analistas de controle. Farei uma proposição para a diretoria e para o conselho, se assim for permitido, de aumentar ainda mais, porque deu para ter a certeza de que, após a implantação da estrutura de controle no Banco em que o desembolso somente é feito após passar pelo setor, nós ganhamos em qualidade, e a carteira tem melhorado.

A questão de pessoal também foi colocada. Somente no ano passado, eu não tenho esse número muito preciso, contratamos em torno de 300 a 400 novos colegas. Esse concurso foi encerrado agora em junho. Temos uma limitação: o número de empregados do Banco permitido pelo Departamento de Controle das Estatais, como foi citado pelo senhor, é de 3.250. Estamos agora com um novo concurso em andamento, porque o anterior venceu agora em abril ou maio. Estamos buscando para fazer sempre essa reposição.

E eu quero me associar ao que foi colocado aqui também pelo Paulo: a questão dos bônus. Eu já ouvi o pessoal da CNI, o pessoal do MI, vários colegas de várias instituições falarem sobre a questão do bônus ambiental. Eu, sabe, me associo a isso, também entendo que temos que ter taxas diferenciadas, mas eu queria fazer só uma consideração. Às vezes é atribuído ao Banco da Amazônia a fala “a taxa é alta”. O Jenner sabe, quando eu vi a questão do PSI, eu fui lá. Não dá para trabalhar com uma taxa desse valor, sendo que estamos vendo a prática de mercado. Está certo que é para bens de capitais, como é o PSI do BNDES. Ele está muito aquém do que estou praticando, só que essas modificações acontecem no Congresso, em janeiro. Então, agora, tem que mandar uma MP para tentar trazer isso para ser autorizado pelo Conselho Monetário, e já está bem encaminhado, como foi dito pelo Jenner, não como gostaria, pois já gostaria de estar como o BNDES também, operando nessas taxas mais baixas. Mas é interessante. Está surgindo.

E reitero aqui, já com o Jenner, para a gente fazer um estudo para a área da Amazônia sobre essa questão do bônus ambiental. Tem muita gente fazendo muita coisa boa. Há projetos interessantíssimos, projetos em que não



só existe a preservação, mas em que o próprio empreendimento é de baixa de emissão, e é importante que esses projetos sejam considerados.

Finalizando, o Jenner foi mais claro. Vou deixar passar essa questão que foi colocada para o MI, mas só cito o projeto estruturante. A Amazônia é muito carente. Tenho como entendimento que, se a política nacional de desenvolvimento regional e se o plano de aplicação do FNO permitir, é importante que aconteça um projeto estruturante. Ele gera emprego e renda e estimula toda uma cadeia de suprimentos que podem potencializar e melhorar a economia regional. Logicamente, também, para fazer uma operação para um grande proponente, tem que se ter a segurança de que, desembolsando esse recurso, não faltará para o pequeno e para o médio. Em momento algum, no Banco da Amazônia, na minha gestão, pelo menos, eu posso afirmar, se teve demanda para o pequeno e médio, teve assistência para o pequeno e médio.

Eu fiquei muito preocupado, e já externei isso em outras ocasiões, quando tiraram, reduziram – e falo reduziram, mas eu também estava no meio porque eu faço parte do conselho deliberativo – para 20% do montante de aplicação do FNO, porque podem surgir, e elas têm surgido, propostas interessantes em todos os Estados. Eu tenho me reunido com os governadores dos Estados para potencializar cadeias produtivas em todos os Estados: no Pará, o dendê; no Tocantins, o biodiesel; no Amazonas, a seringueira, que tem avançado de forma muito interessante; no Acre, o peixe. Agora, vai chegar uma hora em que vai se ter que ter uma planta para beneficiar o dendê, uma planta para filetar os peixes, mas nós podemos ser, de repente, obstruídos de fazer isso em função da reduzida possibilidade de aplicação.

Mas o Condell está aí para ser discutido, os governadores têm assento no Condell, os Ministros têm assento no Condell. Se tiver que alguma fragilidade, a gente pode aperfeiçoar.

Eu vou encerrar por aqui. Se não atendi a todos, depois a gente pode aperfeiçoar. E fico à disposição para debater com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Abidias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vai ter o momento, Dr. Gil.

Eu registro a presença do Deputado Irajá Abreu. Seja bem-vindo a nossa audiência pública.

Passo a palavra à signatária desta audiência, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Presidente, Senador Acir Gurgacz. Obrigada mais uma vez pela presença de todos aqui.

Sr. Presidente do Banco da Amazônia e da nossa Comissão, que já me conhece um pouco, há dois assuntos por que eu tenho verdadeira



obsessão para finalizar, para resolver, para buscar soluções, para que nós possamos não vencer a minha ideia, mas colocá-la de forma útil ao País: um deles é a questão do Código Florestal brasileiro, que já estamos em vias de finalização – se Deus quiser, vai dar tudo certo, procuraremos o maior consenso possível – e o segundo é a abertura dos portos do Brasil e a construção das hidrovias – e vou me dirigir à Casa Civil daqui a pouco. E eu inclui mais um terceiro ponto, que é o do Banco da Amazônia.

Eu só quero dizer para o senhor que o Banco da Amazônia não vai fechar. Nós não vamos deixar o Banco da Amazônia fechar, mesmo que muitas forças queiram que isso aconteça.

Com todo o respeito, Sr. Presidente, eu ouço aqui o Presidente do Banco falar como se nada estivesse acontecendo, como se eu não tivesse nada mais o que fazer, e nem o senhor, como se nós estivéssemos aqui apenas sendo injustos com V. S^a, como se estivéssemos aqui porque nós temos tempo de sobra a perder, como se nós estivéssemos aqui apenas para reclamar do Banco da Amazônia, para fazer algum papel e para fazer aqui um jogo de cena.

Eu sou a Presidente da CNA – todo mundo sabe –, e Presidente da Federação de Agricultura do meu Estado e construí a minha carreira defendendo os produtores rurais do Tocantins. Essa audiência hoje está acontecendo porque os produtores rurais da Amazônia inteira não aguentam mais o Banco da Amazônia como ele está, principalmente depois da gestão de V. S^a. É considerado quase uma tragédia e motivo de riso e chacota quando alguém fala que vai entrar com um projeto no Banco da Amazônia. O senhor esteve no Tocantins um dia desses e disse ao Governador Siqueira Campos que tem R\$1 bilhão para investir no Tocantins. Ele ficou animado, ele acreditou no senhor. E eu disse a ele para ter cautela e não tantas esperanças, porque essas promessas são vans e essas promessas não se concretizam.

Eu não estaria aqui, Sr. Presidente, se o banco estivesse minimamente trabalhando em condições medianas. O Banco está um desastre, o banco está um fracasso. É opinião minha, da torcida do flamengo e de todos os servidores do banco. Só o senhor que está certo? Só o senhor e o Ministério da Integração Nacional que estão corretos?

O Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia está aqui, o Sr. Sílvio Kanner. Ele veio hoje de madrugada de Belém para poder assistir à audiência, porque gostaria de poder falar, mas não deu tempo de aprovarmos o nome dele. Então, ele veio para assistir.

O banco esteve em greve até um dia desses, por mais de 90 dias, por insatisfação, porque os servidores – não sei se 90 dias, talvez mais, menos – estão apavorados com medo de perder o emprego, com medo de o banco fechar. Eles estão vendo o banco ir à bancarrota. O senhor fez uma opção não correta. Optou por tratar o banco como um banco comercial, mas este banco é de fomento. Se o senhor não está satisfeito com essa linha, o senhor saia desse



banco e vá para o Banco do Brasil, que é a sua origem. O Banco da Amazônia é de fomento, meu senhor, e o senhor não pode utilizar esse fomento, esses recursos que não são seus, que não são do Banco que o senhor representa, mas do fundo constitucional. São valores constitucionais, da União, são valores arrecadados de imposto de renda para fomentar a minha região, que se encontra pobre. As maiores pobreza estão no Norte e no Nordeste, justamente onde tem os dois bancos de fomento do Brasil. Parece que os dois bancos têm funcionado como uma praga e não como uma solução para as duas regiões.

Agora, na minha região, eu estou de olho nela, Sr. Presidente. Vou pegar o Banco da Amazônia até conseguir fazer com que ele volte ao que era antes.

Começo com as primeiras considerações.

Com relação à transparência, achei sua resposta imoral. Também concordo com a transparência. São doze anos, meu senhor, e o senhor está lá, se não me engano, desde 2007. Nós, a CNA construiu uma plataforma de gestão agropecuária, a maior do mundo em parceria com o MAPA, em três anos, e isso custou R\$12 milhões. A sua dura doze anos e custou mais de R\$80 milhões – custou R\$140 milhões –, e o senhor não faz nada para que alguma coisa aconteça. O seu banco está morto, mórbido, não funciona. Nem se o senhor quiser o senhor põe a transparência na internet amanhã. Não prometa o que o senhor não pode cumprir, porque o senhor não tem sistema de TI para fazer. Isso é um absurdo, e muito me admira o Ministério da Integração Nacional assistir isso de braços cruzados e compatibilizar dizendo que está tudo a mil maravilhas, e nós estamos aqui fazendo um teatro, decerto, perdendo o nosso tempo, porque eu devia estar com a Ministra Gleisi Hoffmann, desde as 9h30 e estou aqui ainda.

Não, Sr. Presidente, não nos trate dessa forma. O senhor, por favor, reconheça a suas inabilidades, as suas deficiências.

Eu quero saber o seguinte: O que o TCU poderá ainda fazer, além dessa auditoria, com relação a essa famigerada empresa que cobrou R\$140 milhões, há doze anos, e não entrega os sistemas? O senhor disse aqui que já entregou 39 sistemas, com seis, 42. Não sei onde está isso, porque não é sentido pelos clientes. Eu converso com os clientes durante 24 horas, converso com os presidentes de sindicatos rurais, converso com as empresas de projetos no Tocantins, mas ninguém sente a diferença desses processos que estão funcionando. Onde é que isso está funcionando? Esse Banco da Amazônia não é o do Tocantins e dos Estados da Amazônia, meu senhor. O senhor está contando de outro banco que não é o que eu estou falando.

Próximo questionamento, com relação às taxas de juros. Francamente, no mínimo, há um ano e meio as taxas do BNDES são de 5,5% ao ano. Os senhores estão descumprindo a Constituição, que diz que as taxas do Banco da Amazônia e dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste,



Centro-Oeste têm que ser as mais baratas do País. Ou o senhor não conhece esse artigo da Constituição, da criação dos Fundos Constitucionais? Se o senhor não conhece, eu envio para o seu gabinete.

Teve reunião do Condell agora, no Amazonas. Durou não mais do que 15 minutos. Um Ministro, pelo qual eu tenho a maior consideração, o maior apreço, levantou-se e foi embora. Ninguém disse nada, ninguém discutiu nada e ninguém teve oportunidade de nada nessa reunião do Condell, no Amazonas. Em um ano e meio, vocês não deram conta de alterar essas taxas de juros no Condell? Quero saber se, a partir do momento em que o BNDES ficou com 5,5%, vocês vão ter a dignidade e a ética de chamar esses produtores e esses empresários de todos os contratos que vocês assinaram, de lá para cá, de 6,5% e reduzir a taxa de juros deles à ré, à anterior, para cumprirem a Constituição, o que é obrigação de vocês, tanto do Ministério da Integração Nacional quanto do Sr. Presidente do Banco. Não há desculpas para o senhor não ter reduzido essa taxa de juros. Não há desculpas! Reunião de Condell se faz quando se quer. Tivemos uma há pouco tempo, e nem proposta de redução houve. Estamos ainda com taxas de juros de até 8,75%, de 10 pontos, sendo que no BNDES está 5,5%. Isso é descumprimento descarado. É crime de responsabilidade o senhor não ter alterado essas taxas de juros até hoje, e ainda vêm se justificar aqui nesta Comissão.

Como é calculada a inadimplência? Os créditos baixados em prejuízo estão contabilizados como inadimplência? Pergunto ao senhor sobre os créditos baixados em prejuízo há mais de 180 dias. Quero saber se o senhor vai continuar com a extinção do jurídico do Banco da Amazônia, se o senhor vai continuar só terceirizando o jurídico da Casa. Não é por nada, até gosto da terceirização, mas a CNA tem, como todas as confederações do País, como todos os bancos, o seu departamento jurídico. A gente sempre contrata e terceiriza processos especiais. Isso não é a normalidade, mas uma exceção, porque um departamento jurídico tem de ter o histórico da entidade. Isso é importante para que tenha sucesso nas suas atividades. O senhor destruiu o jurídico da casa. Não existe mais jurídico no Banco da Amazônia.

Não me interessam as suas risadinhas. Depois o senhor responde o que quiser.

Como se encontra o Basa em relação aos índices de Basileia I, II e III? Hoje, sem a remuneração do FNO, o Basa teria viabilidade econômica? Se nós pegássemos os fundos constitucionais, que não são seus, e passássemos para outro banco, se pudessem ser distribuídos para outros bancos... Isto nós vamos conseguir aqui: vamos distribuir esses recursos. Chega de cartel e de monopólio. O senhor não vai conseguir fazer isso com a minha região e com esses recursos. Pode-se afirmar que, sem o FNO, o Basa estaria enquadrado na Basileia hoje? Será que conseguiria, sem os fundos constitucionais? Ou a



ineficiência da administração do Banco impediria que sobrevivesse até hoje sem os fundos constitucionais como muleta para essa administração?

Ao Ministério da Integração Nacional. Foram feitos estudos acerca da eficiência e eficácia da atuação do Basa como operacional do fundo? Quais são os resultados? Há dez minutos, o Presidente atual fez críticas à gestão anterior, mas o Ministério da Integração é o mesmo. *(Pausa.)*

Entendi como crítica. Por mais que o senhor diga que não foi, o senhor fez uma crítica.

Como é essa análise? Que importância o Ministério de Integração Nacional tem dado ao fundo constitucional do Norte? A gente percebe que na integração nacional, infelizmente, só há uma visão, quase que 80%, direcionada ao Nordeste. Estamos vendo todos os dias na imprensa esse direcionamento. Tenho o maior respeito pelo Nordeste. Sei das dificuldades, sei da sua importância, sei do sofrimento do povo nordestino, mas existe o povo do Norte. Precisamos que o Ministério da Integração Nacional esteja atento às condições do Banco da Amazônia. Quero saber como vocês têm analisado e feito a gestão do fundo pelo Banco da Amazônia? Vocês encaram como uma gestão temerária ou encaram como uma gestão que não requer preocupação? Os balanços foram aqui apresentados. Os lucros do Banco, antes do Sr. Abidias Júnior, acumulavam mais de R\$900 milhões, mas hoje não passam de R\$600 milhões. Os lucros do Banco estão diminuindo.

Com relação ao PNDR, o Sr. disse que, de acordo com o desenvolvimento, com as condições da região – segundo entendi –, não estão sendo cumpridos à risca. Vocês mesmos têm direcionado para outros setores e segmentos. O PNDR é feito pelo Ministério da Integração Nacional. Se ele não está a contento, deve ser mudado a partir de uma ampla discussão com o conselho de representantes, que são os Governadores.

O Tribunal de Contas disse aqui, Sr. Jenner, que recomenda aperfeiçoar os pareceres de avaliação da gestão do FNO. Por isso eu lhe faço essa pergunta. Estou lhe fazendo essa pergunta a partir de uma recomendação do Tribunal de Contas da União. O que o Ministério tem feito para melhorar e avaliar essa *performance*?

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer aqui alguns comentários a respeito de procedimentos da vida real, do preto no branco; do que está escrito e do que vem acontecendo com os gerentes no dia a dia. Primeiro, esse banco, a partir da gestão do Sr. Abidias Junior, decidiu pela alçada zero. Decidiu pela alçada zero!

Os gerentes das agências do Banco da Amazônia na região Norte não têm alçada. São figuras decorativas. Se não me engano, são R\$20 mil.

Tudo tem que ir para a superintendência. E ainda tem o cliente velho e o cliente novo. Se o cristão for novo, 400 mil; se o cliente for velho, um milhão. E aí existe uma prática de que tudo vai para Belém, e se for um projeto



de R\$3 milhões, eles aprovam dois milhões e mandam de volta para o Estado sem dar nenhuma justificativa de por que aprovaram dois milhões, e não três, comprometendo totalmente um projeto que foi montado. E assim com quase todos os projetos. Se vai de um milhão, volta com 800; se vai de 2 milhões, volta com 1,5, como se nada tivesse acontecido. É algo do tipo: altere o seu plano de negócio e daqui para lá não tem recomendação nenhuma.

Eu tenho notícia, Sr. Presidente, de que tem mais de cinco anos de concurso de analistas de projetos que nunca foram treinados pelo Banco da Amazônia.

Já falei sobre o sistema de TI, que a documentação, que as pré-análises dos projetos a serem enviados ao local de análise, que é a superintendência ou Belém, demoram tanto que na hora que voltam, todas as certidões, todos os documentos já venceram, e aí as pessoas precisam de novo de ir atrás de todas essas questões.

E, assim mesmo, imposição, que é uma das coisas mais graves para mim de todo o sistema. A imposição de produtos como o clube de férias ou contratos de capitalização.

Então, veja bem. Eu sou gerente do Banco da Amazônia. Aí chega o produtor rural para me tomar dinheiro emprestado. Eu exijo dele, depois de um ano, dois anos, para liberar o recurso, na hora da liberação... Depois da autorização, até o dinheiro chegar ao produtor são trinta dias. Ninguém sabe explicar por quê.

Aprovado, mais trinta dias esperando. Ele agora chega com a exigência de produtos.

Eu até acho que um banco privado, com recursos privados, totalmente seus, pode exigir o que quiser. Até que o cliente vista roupa preta para ir lá. Agora, com chapéu alheio, Sr. Presidente, como é que eu posso exigir produtos, vender produtos com chapéu alheio. Quer dizer, os fundos constitucionais não são do senhor, não são do Banco da Amazônia. O senhor não pode impor condições em empréstimos de dinheiro que não é seu. O senhor recebe taxa de administração para tanto. Porque o senhor já está muito bem pago e mal comportado pelo que recebe.

Então, como é que eu vou exigir de um cliente que está tomando dinheiro do fundo um título de capitalização ou um produto vendido pelo Banco da Amazônia?

O que eu tenho com isso, meu senhor? Eu não estou tomando dinheiro seu não, eu estou tomando dinheiro dos fundos constitucionais. O senhor não tem o direito de fazer isso, o senhor está agindo de má fé com relação a isso. O senhor que sustenta seu banco com a sua competência, e não exigindo recursos alheios para que seu banco se sustente.

A demora nos procedimentos é de trinta dias.



Sr. Presidente, quando o projeto vai, Sr. Presidente da Comissão, Senador Acir, quando o documento vai para Belém, cada documento demora 15 dias de malote. Eles não têm sistema de TI para escanear e mandar na frente para as coisas funcionarem. Então, estão quase na época do jegue, quando o correio andava no lombo do jegue. São 15 dias para os documentos chegarem em Belém e serem incluídos nessa situação.

Agora, o mais grave da mudança que também ele fez foi misturar toda a questão comercial de fomento, sendo que 90% do dinheiro desse banco é fomento vindo dos fundos constitucionais. Mas ele mistura com a carteira só de comercial justamente para obrigar esse mesmo cidadão, esse mesmo servidor que está ali a usar as duas práticas. E o fundo fomento como instrumento do comercial.

Então, antes tinha alguém que cuidava do fomento e alguém que cuidava do comercial. Era desconectado. E assim é que devia ser. Vocês que fiquem competentes e vão vender produtos onde quiserem. E o fomento cumpria a sua obrigação de liberar os recursos do fundo. Quando ele junta os dois, eu imputo isso como... Má fé, não; até não vou dizer. Talvez não, talvez o senhor não conheça bem essas coisas. O que ele dá? Ele dá um instrumento para esse cidadão, ou seja, você só vai...

Você é o responsável pelas duas metas. Fomento e comercial. Ele pega e atrela uma à outra. Ele só libera o fomento se ele crescer no comercial. Aí ele mata o cliente, exigindo, Sr. Presidente, produtos pelos quais o produtor rural tem que desembolsar de R\$1,5 mil até R\$2 mil por mês para pagar. Eu esqueci o nome do produto, mas o produto mais utilizado. Plano de Previdência, por exemplo.

Exigem que um coitado de um produtor que não tem nem essa renda às vezes por mês vá pagar mesada de fundo de Previdência de R\$2 mil por mês, sendo que não é a sua vontade. Para dar lucro ao banco e não aos fundos. E os títulos de capitalização.

Ainda, Sr. Presidente, normas e procedimentos. Como não existe o mundo da informática no Banco da Amazônia, eles não conhecem ainda, porque faz 12 anos, 140 milhões, e não deram conta de colocar para funcionar, então, repito, uma plataforma de gestão agropecuária maior do mundo, maior do que a americana, que vai rastrear todos os produtos do Brasil em três anos, por R\$12 milhões. Não chega nem perto do que o senhor precisa no banco o que significa essa plataforma de gestão agropecuária.

As normas de procedimento mudam todo dia. Manual tal, manual tal. Não existe uma rotina na casa. Além de não ter treinamento para os pobres servidores, eles recebem todo dia um procedimento de Belém e eles têm que procurar no manualzinho. Manual tal e tal refere-se ao manual 14, 15, 18. Aí ele tem que ir lá, porque não tem Internet, no 14, no 15, no 18, abrir papel por papel. Não há quem consiga viver desse jeito e trabalhar dessa forma.



Nós não vamos admitir que esses procedimentos continuem dessa forma. O senhor não é Deus para centralizar os recursos dos fundos constitucionais lá nas suas mãos, em Belém. Nós queremos o retorno imediato e significativo das alçadas dos gerentes do banco e da superintendência, nós queremos um treinamento imediato de todos os servidores que analisam projetos, e nós queremos uma providência imediata.

Se o senhor quiser contratar a CNA para fazer por um preço bem irrisório esse sistema de gestão de TI, eu acho que nós damos conta de fazer para vocês.

Nós queremos, Sr. Jenner, uma solução imediata para essa questão de TI. Isso é o cúmulo do absurdo e da incompetência, da insensatez e do descaso com a coisa pública. Nós queremos que isso seja revertido imediatamente.

Muito obrigada por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Kátia Abreu, que fez suas considerações.

Vamos iniciar pelo Dr. Jenner Guimarães, para que possa falar sobre as considerações feitas pela Senadora Kátia.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Senadora,...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de saber se é permitido ao Deputado Irajá fazer suas manifestações, ou, por a comissão não ser conjunta,... Ou se ele faria as perguntas todas de uma vez. Seria possível ele se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu consulto a assessoria. É possível?

É possível sim. Pode.

Então vamos ouvir o Deputado, Dr. Jenner, e depois o senhor responde em bloco, que fica mais fácil.

Deputado Irajá Abreu com a palavra.

O SR. IRAJÁ ABREU (PSD – TO) – Bom dia, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a quem eu cumprimento, e aos demais expositores desta audiência pública, Sr. Abidias, Presidente do Banco da Amazônia, o Banco da Amazônia, hoje, está prestando um desserviço ao Estado do Tocantins e à região Norte do nosso País.

O Estado do Tocantins não representa nem 0,4% do PIB. E no ano passado, num evento que tive oportunidade de presenciar, um evento no Tocantins ao qual chamamos mais de 500 investidores, empresários, para ouvir ali as oportunidades que o Estado poderia oferecer, pude testemunhar um representante do Banco da Amazônia dizer de forma clara que os recursos do Banco da Amazônia serão direcionados aos clientes tradicionais do banco.



Imagine a ducha de água fria em 500 empresários – o Governador Siqueira Campos, a Senadora e eu, pessoalmente, trabalhamos para levá-los – ao ouvirem isso do maior banco de fomentos do Estado de Tocantins. Fiquei com cara de palhaço. Não tem outro nome dar.

Você vender, fazer uma propaganda enganosa e chamar pessoas sérias, idôneas e com boas intenções no Estado, que precisa ser industrializado, e ouvir do principal banco de fomento que aquele recurso só pode ser direcionado a cliente tradicional, só pode ser uma vergonha. Não entendo o porquê que o Banco da Amazônia, no Estado de Tocantins, tem essa orientação da diretoria ou da presidência do banco.

A Senadora Kátia Abreu comentou que os juros hoje do Banco da Amazônia estão incompatíveis. Mas ficarão ainda mais, porque, a partir do próximo semestre, o ABC, esse grande programa federal, os juros vão cair de 5,5% para 4%. E o teto de um milhão vai subir para três.

Então, como é que vai fazer agora o Banco da Amazônia para ser competitivo com o BNDES? Não existe outra forma a não ser cumprir a lei.

Como se não bastasse, esses juros que não são competitivos diante do Banco do Desenvolvimento, o BNDES, hoje o financiado de qualquer Estado, não só o do Estado de Tocantins, precisa passar por uma verdadeira via-sacra.

Fiz questão de trazer o formulário do Banco da Amazônia, que exige 48 documentos para que o financiado possa ter o seu projeto analisado. Só está faltando aqui – sabe o quê, Presidente? – exame de sangue ou de urina ou de fezes, porque todos os outros temos aqui. É inconcebível uma burocracia tamanha para que um pequeno, um médio ou um grande empresário ou produtor rural tenha o seu projeto submetido ao Banco da Amazônia.

Queria entender também por que o Banco da Amazônia, diferentemente de todos os bancos comerciais, exige daquele financiado, que está pleiteando 100 mil, 200 mil, 300 mil, seja de investimento e custeio, tenha que ter 30% do capital integralizado na sua empresa. Ou seja, se ele vai pleitear 100, ele tem que ter 30. É a contrapartida.

Agora, tem sentido um novo empreendimento, que vai começar do zero, esse financiado precisar de uma contrapartida de 30% do valor pleiteado? Não faz sentido. Então, não é a garantia. É a integralização do capital social da empresa. A sua empresa, para poder pleitear 100 mil, tem que ter 30 mil de capital social integralizado, fora a garantia de 130%, que se torna, na verdade, uma garantia de 150%, porque a avaliação tem um deságio de 20%. E o senhor saber disso.

Outra ponderação que queria fazer é que, realmente, não compreendo como é que banco trata o mesmo assunto de duas formas. Na hora em que você vai classificar o porte da empresa, Senador, classifica pela receita global anual. E não é só da empresa que está pleiteando o financiamento. Se



você tiver mais do que 10% de participação em outras empresas ou atividade agropecuária, tudo isso é somado, englobado. Só que na hora de avaliar a garantia que o financiado vai apresentar o banco não aceita a garantia do global, dos empreendimentos, das empresas que estão por trás do grupo empresarial.

Então, não consigo entender. Na hora de provar a receita, leva em conta todas as receitas das empresas, seja agropecuária, comercial ou industrial; mas na hora de dar a garantia não pode. Só pode daquela empresa, objeto do financiamento. É uma coisa que não dá para entender.

Outra coisa que acho um retrocesso: por que o banco, que está recebendo um projeto de financiamento agropecuário, industrial, comercial, não se atém à empresa que está sendo objeto do financiamento? Ele tem que fazer uma devassa na vida daquele cidadão. Tem que analisar a saúde financeira da empresa, que tenha acima de 10%, seja de uma atividade fim ou de uma atividade meio, relacionado ou não relacionado. Qual é o sentido de se fazer isso? É para criar dificuldade? Porque não tem outra explicação.

O que está em questão é aquela empresa que está apresentando um projeto de financiamento e que o banco precisa ter a viabilidade, a garantia e o cadastro da empresa. Qual a razão de se fazer toda essa devassa na vida do sujeito?

Outro ponto, que também foi levantado pela Senadora Kátia Abreu, é com relação às alçadas ou às autonomias das agências. As superintendências hoje têm uma alçada para cliente tradicional, cliente antigo, de 1,2 milhão. E para clientes novos 800 mil.

Oitocentos mil numa superintendência, Presidente – V. Ex^a deve saber disso –, não é nada. Não é absolutamente nada. Se você fizer um projeto de investimento agropecuário, para citar aqui como exemplo, ele não consegue financiar uma propriedade pequena, de quatro módulos fiscais, que são 320 hectares no Estado de Tocantins.

E o banco operou, para pequenos, algo em torno de 31%. Os outros 60% dos recursos foram emprestados a médio e grande porte. Ou seja, não está atendendo nem à exceção, à minoria, que são os pequenos.

Então, qual é a razão de centralizar na matriz as análises dos projetos? É para ter poder e influência? Porque não há sentido. Quer dizer, que a superintendência não tem capacidade técnica para analisar os projetos? O que aqueles servidores qualificados estão fazendo lá, querendo trabalhar? Então, não dá para entender.

Outro ponto que tem sido objeto de reclamação pelos projetistas, pelos servidores, pelos financiados principalmente, é a taxa de avaliação da garantia, 0,5%. Nenhum banco, sem exceção, cobra essa taxa. Só o Banco da Amazônia.



Por que inviabilizar o projeto? De imediato, de cara, você paga na cabeça do projeto 0,5% para avaliar a garantia. Você nem sabe se o projeto vai ser aprovado.

Outro fato que vem acontecendo, com frequência, é que o Banco da Amazônia, em determinados projetos – e é legítimo o banco querer analisar com mais profundidade determinados projetos –, às vezes, vai *in loco* àquela empresa ou àquela propriedade rural ou àquela indústria, que é objeto do financiamento. Mas tem um detalhe: está indo com ônus para o financiado. Você quer imputar ao financiado uma dívida do banco? Que é legítima, não está importando. Mas que faça à custa do banco e não do financiado.

É uma coisa inconcebível. É debitado na conta do correntista, na conta corrente do financiado. Ele não tem nem que perguntar, nem saber. É debitado.

Outro fato que também vem chamando a atenção e também foi lembrado pela Senadora Kátia é com relação às certidões. O Banco da Amazônia inventou – não vejo outro termo mais apropriado – um departamento chamado conformidade. Depois de tudo analisado – documentação, garantia –, depois da cédula emitida e registrada, ainda precisa passar por uma tal de conformidade, que foi criada. Essa conformidade, como se não bastasse todo tempo despendido pelo banco, pelo financiado, ele precisa reemitir as certidões todas.

É claro que o projeto não vai ser aprovado em 30 dias. Se a certidão tem 30 dias de validade, quando ela chega à conformidade tem que ser reemitida novamente, as 48 certidões – 48.

Bem, esse pequeno resumo, Presidente Abidias, só nos deixa muito clara uma realidade, que é o desempenho pífio do Banco da Amazônia. Prova disso são os números. De um bilhão, de orçamento, destinado ao Estado de Tocantins o banco só teve a competência de aplicar 440 milhões, 44%. Nem a metade do recurso não foi possível aplicar.

Você sabe o que vai acontecer com esse banco, Presidente Abidias? O BNDES vai engolir esse banco. O que acontece com o ABC é o que está acontecendo. Estão todos os produtores saindo do Banco da Amazônia e buscando financiamento no Bradesco, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal. Qual é a razão da existência, então, desse banco? Não consegue competir com o BNDES.

Senador, precisamos refletir sobre esses dados. Precisamos entender o seguinte: quando a maioria está errada ou pelo menos é colocada como errada é porque tem alguma coisa. Não pode estar o senhor certo e todo mundo errado.

Despeço aqui com minhas palavras e agradeço mais uma vez a oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Deputado, pela sua visita à nossa Comissão.

Pois não, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, que o Presidente do Banco pudesse ser o primeiro a se colocar. Eu preciso me dirigir à Casa Civil, porque já está passado o meu limite.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Passo a palavra então ao Presidente Abidias.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Obrigado.

Senadora e Deputada, para mim não é nenhum desconforto, não é nenhum problema discutir fragilidade, discutir oportunidades e discutir onde eventualmente acontece alguma situação. Quero deixar claro que eu não discordo de muitas coisas que vocês falaram. Talvez não exista o correto conhecimento da assessoria de vocês para muitas coisas. Assim, não chegaram as coisas como realmente elas acontecem. Agora, eu jamais posso aceitar, Senadora, que a senhora diga que nós estamos fazendo vocês de palhaços, que nós trouxemos vocês para cá para isso, de maneira alguma. Existe, sim, aqui uma pessoa séria, uma pessoa que sempre pautou as suas ações dentro dos mais elevados padrões éticos e de governança. Eu gostaria de deixar muito claro para a senhora, para o Deputado e para todos aqui presentes que, se existem fragilidades, vamos nos sentar sobre elas e debater. Agora, realmente, essa atribuição, eu tenho convicção de que ela é excessiva e não acontece.

Eu não vou falar sobre o Código Florestal. Não é o caso.

Desde o início da minha fala, fui claro. Quando eu tomei posse no banco, eu entreguei um relatório, a pedido do Sr. Ministro, com muito do que nós estamos discutindo, sobretudo a questão patrimonial, que foi muito bem tratada aqui pelo Dr. Gil, a questão de resultado, a questão de índices e indicadores, todos que foram colocados. Comecei a minha fala aqui hoje colocando essa situação. Muito do banco não foi tratado a seu momento e da maneira como deveria porque existia um colchão de conforto que dava resultado e que não acontece. E já quero ir lá para o final, quando a senhora dizia que dava lucro de R\$900 milhões na gestão anterior. Na verdade, em 2004, foram R\$114 milhões; em 2005, R\$116 milhões; e, em 2006, R\$167 milhões. Então, a realidade dos fatos é essa.

Quero dizer, sobre essa questão de R\$1 bilhão, que jamais falei que vai aplicar R\$1 bilhão. O que a gente fala sempre, eu e o Dr. Siqueira Campos, com quem estive só este ano por duas vezes – nós debatemos e discutimos oportunidades –, para este ano, se não me engano, são 600 e alguma coisa. Eu falei que, se tiverem projetos, se tiver efetividade, se esses projetos forem bons, podemos buscar. Agora, juntando recursos da área



comercial, da parte internacional e do FNO, é plenamente possível aplicarmos R\$1 bilhão.

A greve dos funcionários foi por 77 dias, Senadoras. Se a senhora perguntar ao representante da associação, que eu não conheço, depois eu queria até... Essa greve foi excessiva. Ela não acompanhou... Demos mais do que os bancos todos deram e, ao final, ajuizamos o dissídio, e o Tribunal decidiu por um valor inferior ao que já tínhamos dado. Greve não é legal para ninguém. Greve não é legal, sobretudo, para a sociedade, que depende dos trabalhos. Nós fizemos, e eu estou disposto a passar à senhora, um leque de concessões aos funcionários do Banco. Falta muito? Falta. Agora, eu tenho que olhar para uma gestão de uma empresa e eu tenho que olhar pela questão dos colaboradores. É sempre assim. A dificuldade vai fazendo com que você vá entregando, e você vai acompanhando. Essa é a realidade dos fatos.

Em momento algum, quis dizer que não botei alguma coisa no sistema, porque não consigo colocar, porque não tem transparência. Eu vou querer saber como aconteceu a situação e por que não está lá um relatório que foi citado pelo Dr. Gil, e vamos fazer a coisa acontecer. É um direito de todos conhecer as informações. É direito de todos ter acesso às informações.

Essa questão da TI também, só fazendo um reparo, não são trinta e nove, mas seis entregues. Foram seis sistemas quando cheguei e nós avançamos até 39. Eu posso falar para a senhora todos os sistemas que nós conseguimos entregar. Agora, de fato, o mais interessante, vamos dizer assim, para a fluência do Clésio, é o fomento. É onde não tem em prateleira.

Agora, gostaria de deixar bem claro, mais uma vez, que eu tenho dedicado energia em cima dessa situação, porque foi um projeto que não participei do deferimento, nem a diretoria participou do deferimento, mas temos trabalhado para ir salvando uma coisa que estava perdida. Isso é fato. O projeto era de 149 milhões, foi aditivado para 180 milhões, e nós já trouxemos de volta 42 milhões. Têm 25 milhões por liberar, que nós não liberamos, desde quando chegamos.

A taxa de juros, eu só posso dizer que vocês estão com a razão, mas a decisão de baixar a taxa de juros é constitucional, é dentro do Congresso Nacional, no mês de janeiro. O que está se propondo agora, Presidente? O Ministério da Integração e a Fazenda, diante dessa situação que nós estamos sofrendo na ponta, estão propondo que essa autorização passe a ser do Conselho Monetário Nacional. É isso que nós vamos tentar...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, por gentileza, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O senhor falou que é o Congresso Nacional que aprova a taxa de juros? Tem algum equívoco.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR – É por suposição.



A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não. Quem aprova a taxa de juros e rebaixa a taxa de juros é o Condel.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Não, não, perdão. Deixe-me fazer uma correção aqui. Ele colocou que era constitucional, mas não é constitucional. É Lei nº 10.177 estabelece que os encargos dos fundos constitucionais somente poderão ser alterados no mês de janeiro, quando a TJLP variar 30%, para mais ou para menos, o que não ocorreu. Diante desse quadro, o Ministério da Integração encaminhou uma proposta de medida provisória, que já está tramitando no SIDOF, para que seja alterado esse dispositivo legal para permitir que essa taxa seja alterada a qualquer tempo, por proposição do Ministério da Integração para o Conselho Monetário Nacional. A partir daí, a gente passará a ter uma flexibilidade maior para, nos momentos oportunos e necessários, fazer esses ajustes. Se a gente quiser mudar hoje a gente não consegue, porque a lei estabelece que é só no mês de janeiro e quando a TJLP variar 30% para mais ou para menos. Se a TJLP cair 29%, não se pode alterar a taxa mesmo em janeiro.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR – Então, é constitucional quando faz a proposição para poder passar a autonomia para o Conselho Monetário Nacional.

Deixe-me buscar aqui de novo.

Queria, por justiça e pelo trabalho que o Ministro tem feito para ajudar o Banco, esclarecer que a reunião do Condel, em Manaus, durou pelo menos duas horas e meia, Senadora, com a presença dele. Tiveram dois *ad referendum*, um que ele soltou – falo ele, mas foi um trabalho de todos os componentes do Condel – em dezembro e outro em fevereiro. Nós tínhamos que analisar. Eu fui o Relator desses *ad referendum*. Começaram a colocar na cabeça do Ministro a responsabilidade da coisa e ele pediu, então, que eu fizesse a narrativa. Tratamos de diversos assuntos, inclusive da criação das linhas emergenciais para o Nordeste... Não, no caso do Nordeste foi na Sudene, mas para a Amazônia, onde temos o problema das enchentes, e inclui o Pará, o Acre e também o Amazonas. Foram duas horas e meia, no mínimo. Depois, Jenne pode colocar isso para a senhora.

A senhora falou sobre extinção da área jurídica. Jamais, jamais! É preciso conhecer toda essa história, toda a realidade que está acontecendo. Eu não vou, numa plenária dessas, colocar o que acontece com o setor “a”, “b” ou “c” do banco. Isso não cabe. Sou filho de procurador aposentado. Minha irmã é advogada há vinte anos da Funcef, Fundo da Caixa Econômica Federal. Tenho o maior respeito pela categoria. Agora, é preciso que a gente discuta o que realmente acontece. Não é isso! Que gestor, que precisa todos os dias estar sendo acompanhado por um profissional da área jurídica, vai extinguir, em sua consciência, um departamento desses? Não cabe. A senhora foi muito feliz



quando a falou sobre a questão da memória, de conhecer a empresa. Isso é fato. É realidade.

A senhora nunca me recebeu. Eu estou disposto, a qualquer hora, a qualquer momento, sentar com a senhora para discutir cada problema que a senhora colocou aqui e botar a minha visão, botar o que eu penso, o que a diretoria do banco pensa, o que o conselho de administração do banco pensa, o que o Ministério da fazenda pensa. Podemos falar assim: “Olha, está tudo errado. Vamos pensar por aqui de novo?” É aprendendo, é buscando. Jamais, jamais, com colega algum, com categoria alguma, eu falaria em extinção. Agora, digo para a senhora, com toda a franqueza do mundo, se eventual categoria do Banco do Amazonas, e aqui eu aparto a jurídica, tiver qualquer situação que descaracterize o trabalho profissional, a responsabilidade, a ética nos trabalhos, eu não teria nenhum problema de capitanear um processo desse. Não é o caso que acontece. Agora, tem muitas coisas que acontecem ao longo de anos e anos e que não dá para aceitar ficarmos vendo uma situação dessa, e não tratarmos disso.

Diferentemente do que a senhora pensa, quando a senhora coloca assim e me ataca de maneira assim tão ferrenha... E acho legal. Admiro as pessoas que realmente são sinceras e colocam o que pensam. Aqui tem uma pessoa que não deixa nenhum tipo de fragilidade acontecer sem dar o devido tratamento. Se a senhora conhecer a realidade dos fatos, as coisas que aconteciam e a maneira como eram tratadas, a senhora vai ficar assustada.

Nós tivemos uma campanha eleitoral para Presidente. A senhora viu que dos cinco bancos tratando, quatro foram com evidências à televisão por situações desagradáveis. E a nossa, não, porque era em cima. Eu falava para os diretores: qualquer situação de que eles venham suspeitar, eles não vão vir buscar, não; eu é que vou entregar vocês, porque não compactuo com esse tipo de situação e por essa questão.

A questão da Basileia, só para colocar para a senhora, nós temos nela hoje uma situação das mais confortáveis dos bancos públicos. Porém, tem um sinal de alerta, uma lâmpada amarela virando vermelha, pelo fato de a caixa da previdência – e pensei que vocês fossem tratar desse assunto também; e a senhora uma vez, em reportagem, tratou desse ponto, o que é correto, porque isso mexe com as finanças da empresa – sempre estar quebrada. Há problemática desde o dia em que ela foi criada; não foi dado o tratamento no seu devido tempo; e tem uma situação que temos de fazer e estamos em cima para poder tratar.

Sem considerar essa questão da caixa de previdência hoje, nós estamos com a Basileia de 17,3, o que é superconfortável. O Brasil, que tem uma necessidade acima do que é no exterior, que é de 9, o Brasil tem de 11. Então, estamos com 17,3.

(Interrupção fora do microfone.)



O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Basileia não envolve fundo. Vou tentar colocar para a senhora depois. O que acontece? O Banco Central, periodicamente, pede para fazermos um teste de estresse. O que é isso? É agravar o risco das operações para ver se você, tendo um problema atípico, se você suporta. Mesmo assim, a nossa Basileia vai para 15,5, mais ou menos, algo nesse sentido. Então, sem considerar questão de caixa de previdência, está confortável.

Vou chegar à pergunta que a senhora fez: sem o FNO, tem viabilidade? Não, porque hoje a principal margem de contribuição, a principal receita, vamos falar assim, porque receita não quer dizer que é resultado, a principal receita advém do fundo. No passado, a principal, era a tesouraria. Falei que 78% do resultado do banco era auferido na tesouraria. Hoje, a tesouraria cai para uns 40% mais ou menos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, tesouraria é uma carteira de títulos. Você pega esse título, esse dinheiro, e coloca no mercado. Vamos supor, um banco pequeno quer comprar dinheiro para poder emprestar em CDC lá. Eu pego, cedo esse dinheiro para ele, e ele me paga.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – É uma mesa de operações.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – É uma mesa de operações. Tesouraria parece que é onde se guarda dinheiro, não é? Mas não é isso, não, Senador. Desculpe-me.

Então, hoje a principal margem de contribuição do Fundo, eu pego: taxa de administração *del credere*. A principal fonte, hoje, de auferição de resultado do banco é o FNO. Se tirar o FNO, não existe. O patrimônio do Banco da Amazônia – é algo que falei aqui e não sei se os senhores sabiam – é um; o patrimônio do fundo constitucional é outro. O patrimônio do fundo constitucional é 12 bilhões, 13 bilhões; o patrimônio do Banco da Amazônia é 2 bilhões. Então, são grandezas totalmente diferentes; as contabilidades são apartadas, tudo é apartado. O que vem para o banco é só a remuneração. E o banco pega 50% do risco dessa operação.

Então, a viabilidade da Basileia hoje nós temos, mas temos de ver essa questão lá na frente.

Distribuição de recursos, Senadora – e a senhora também falou na distribuição de recursos –, eu sou o primeiro a estimular isso. Inclusive com a Fomento-TO, como se chama lá, tentei, e, quando foi-se buscar a garantia do Estado, o Governador não quis fazer, tanto o Governador Marcelo; depois o Governador gaguinho; e agora o Governador Siqueira.

Então, tenho discutido isso. O Presidente da Fomento-TO é membro e eu sou vice-presidente da ABDE. Segundo ele me colocou, na hora de se prestar essa garantia, vai-se ao Tesouro, porque é o Governo do Estado. E por questões lá, não se viabilizou.



A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E as alçadas?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Vamos chegar lá. Críticas à nossa gestão? Pode criticar, Senadora. É o papel da senhora mesmo. A senhora foi eleita pelo povo; a senhora tem de defender o seu Estado. Eu acho que é um direito e dever da senhora estar fazendo isso. Não tenho nenhum problema quanto a essas críticas, embora ache que algumas coisas colocadas aqui foram excessivas e não fazem valer a realidade dos fatos. Mas estou disposto, a qualquer momento em que a senhora quiser, vamos nos sentar; vamos lavar essa roupa suja, e me mostrar qual é a verdade dessa coisa. Estou propenso a fazê-lo. Talvez a senhora seja a única governadora do Amazonas com quem não tive a oportunidade de me sentar.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, desculpe-me, a Senadora da Amazônia com quem não tive oportunidade de me sentar. Mas é que a senhora com o cargo de presidenta lá supera; então, falamos governadora, porque talvez estamos vislumbrando alguma coisa para frente.

A questão das alçadas. A senhora está me cobrando aqui e vou antecipar.

O que acontece? A política de crédito é deferida por um conselho de banco. Não vou deixar alçadas – e aí estou falando em nome do conselho do banco – em agências que tenham um alto índice de inadimplência. Essas alçadas só são tiradas das agências quando elas superam o limite tolerável de inadimplência. E olha que o limite tolerável no Banco da Amazônia é totalmente superior ao limite tolerável do mercado.

Aliás digo, com experiência financeira que tenho em duas instituições e uma terceira em que passei por um trabalho, que 50% do crédito aprovado no Banco da Amazônia não é aprovado em outros bancos. A política de crédito do Banco da Amazônia é uma política de crédito muito mais tranqüila do que nas outras empresas.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Quer dizer então que, em vez de o senhor tirar o gerente que não cumpre meta, o senhor tira a alçada prejudicando os tomadores?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Na verdade, Senadora, é um conjunto. Hoje, todos os gerentes...Na nossa gestão, implantamos, e não sei se é de conhecimento de V. Exª, um *business caling card*, em que todos os produtos do banco, seja resultado operacional, seja índice de inadimplência, seja a venda de crédito, sejam os processos internos, são avaliados diariamente. Nós temos problemas de tecnologia, mas também temos muita coisa que está acontecendo.



A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sim, o problema é que os quatrocentos pontos que o senhor exige, o grande percentual deles é de venda de produtos.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, não. Eu posso afirmar...Eu quero me sentar com a senhora para ter oportunidade de mostrar que não é isso. A parte de seguridade, Senadora, não representa 10% dos quatrocentos pontos do acordo de trabalho. O peso dele é ínfimo em relação. Estou pronto para poder colocar isso aí. E se a senhora tiver a oportunidade e quiser, posso mostrar depois para a senhora.

A questão que foi dita aqui também sobre registros do TCU. Estou aqui com todas as...

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Pois não.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É só para não atropelar o assunto.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, perfeito. Fique à vontade.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Você tem o dado de quantos por cento dessas agências, na região como um todo, estão acima do limite prudencial da inadimplência?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Meu mestre, não tenho. Tenho aqui um quadro...

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Eu tenho aqui um quadro que me fala assim...Está naquela planilha...

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Mas é aceitável, não é?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Lógico.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É inferior a 5% das agências?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, se estiver até 5%, está com alçada.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Não. Não é inadimplência de 5%.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – A inadimplência do banco hoje é 5,2%.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sim. A pergunta não foi essa. A pergunta foi: quantos por cento das agências estão acima do limite prudencial da inadimplência?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Aí eu fico te devendo. Mas eu posso...



O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Você prejudicar a maioria em detrimento da minoria...

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Tenho certeza de que é a minoria.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pois é. Por que então tirar a alçada de todas elas e não daquelas que pontualmente estão acima do limite prudencial? Seria uma forma de puni-las.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Eu tenho aqui um arquivo. Depois, se tivermos tempo, ou então podemos conversar. Posso fazer esse levantamento. É um dado muito amiúde que não deu para...Não está nesse aqui. Não seria esse aí. Pode deixar, não é esse não. Mas posso analisar e ver para o senhor.

Só para eu me localizar. Ah, sim, aprovação de contas. Então, eu as trouxe; estão com o diretor:

Em 2007, as contas do banco – temos duas análises de conta, banco e FNO – estão aprovadas pela CGU e estão aprovadas pelo TCU. Em 2008, as contas do Banco e do FNO estão aprovadas pela CGU; estão aprovadas pelo TCU. Em 2009, as contas do banco e do FNO estão aprovadas pela CGU, estão aprovadas pelo TCU; as contas de 2010, banco e fundo, estão aprovadas pela CGU e estão sob análise do TCU. E às de 2011, ainda não terminou o processo de sua apuração e de análise.

Então, todas as contas estão aqui presentes, Presidente. Se necessário for, podemos deixar com a Mesa, pois elas estão comprovando que esse processo, todo ele, foi cumprido.

Agora, quero só fazer uma ressalva. Numa empresa do tamanho do Banco da Amazônia, com a quantidade de lançamentos de atores participando desse processo, sair com relatório sem ter nada, não existe esse gestor. Estou pronto para ver as contas de uma empresa do porte do Banco que consiga não ter qualquer tipo de registro. Esses registros pequenos que tem ali nenhum deles, nenhum deles, vêm a macular a conduta, a seriedade e o espírito ético dos gestores do Banco da Amazônia. Então, quero deixar isso bem registrado. As contas estão aqui. Não posso aceitar esse tipo de ilação para com o Banco.

A questão do prazo de análise, Senadora. É uma briga constante. Mas peguei o Banco... O prazo médio de análise era de oito meses, era de oito meses o prazo de análise de uma operação no Banco. Estou falando de operação de fomento, de um projeto. É mais complicado, é mais trabalhoso. Hoje, o prazo médio de análise de operações do Banco é de 65 dias. Logicamente, há projetos estruturantes, complexos, que vão durar quatro, cinco meses. Agora, existem projetos simplórios, que demoram dez, quinze dias. No número de projetos, a média de análise é de 65 dias. Os próprios analistas são avaliados por dia de projeto internalizado. Há um relatório, hoje, uma



ferramenta... A gente fala de tecnologia, mas a tecnologia, através do Diretor Antônio Carlos, tem apresentado a nós, dia após dia, possibilidades de melhoria. Tem de melhorar? Tem. Agora, conheço o mercado. A senhora sabe que sou egresso do Banco do Brasil. Quero ver a gente fazer uma análise de projeto – lá nos trabalhamos com o BNDES – em 65 dias: mandar carta consulta, fazer a alocação de recursos, mandar para a central de análise, conseguir voltar e entregar. Agora, a senhora tem razão. A senhora tem de reclamar que esse prazo venha para 20 dias, que venha para 30 dias. É isso o que tem de acontecer. Já tivemos uma melhora considerável. Não poderia deixar de fazer esse registro porque seria, assim, até deselegante com os colegas que têm trabalhado para fazer essa melhoria.

Imposição de produtos. Falei que comigo, com a nossa gestão, impera a ética. Se estão querendo forçar alguém, vamos apurar. Vamos chegar... O Diretor Comercial está aqui e já sai com a missão de apurar onde está essa questão que a senhora colocou, que é casada. Fazer venda de produto e ser massivo na oferta para comprar e vender, o funcionário tem de fazer, sim. É um produto de banco. Agora, para eu te dar um recurso, você vai ter de fazer isso? Vamos apurar disciplinarmente se isso está acontecendo. A senhora, por favor, se tiver um caso específico – para poder facilitar – para ser moralizado, me passe porque vai servir de...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ninguém vai provar nada e ninguém vai atrás de nada, porque o cliente já está tão massacrado e louco para pegar o dinheiro – pois já está atrasado para fazer o seu projeto – que não vai se identificar, nem eu vou me propor a isso. Estou dizendo ao senhor o que acontece. O que ocorre? O senhor exige uma meta do gerente. O gerente não tem argumento, não tem outro atrativo. Ele usa o fomento para condicionar a venda do produto. Então, faz de conta que o senhor não sabe que o gerente usa esse artifício. É lógico que o senhor tem de saber que ele usa esse artifício, na hora de soltar o fomento, para vender os produtos. Na garganta seca, ele não dá conta de vender. Na situação em que as pessoas estão hoje, quem é que vai comprar esses produtos? Para quê? Título de capitalização para quem está pegando dinheiro a juros para poder fazer o seu investimento!?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Senadora?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não vamos fazer de conta não, Presidente. O senhor sabe que esse instrumento deve estar sendo utilizado. É lógico que está sendo utilizado. Se é exigido dele, ele vai usar o quê? Ele vai usar o instrumento que tem. Agora, fazer de conta que isso não existe? Pedir sindicância?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Senadora, a senhora não pode afirmar uma situação a mim. Estou falando para a senhora



que desconheço e que não aceito esse tipo de postura dentro da empresa. Eu me proponho a tratar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não é questão de conhecer, não é Senadora. A senhora coloca uma situação de forma aguda, mas não é dessa maneira. Estou me predispondo a conhecer essa situação.

Tem aqui uma pessoa que foi gerente do Banco. Eu tinha o melhor dos relacionamentos com ela. É a Drª Benildes. Está ali atrás. Qual foi o dia em que ela me procurou, com toda a liberdade que tinha, para conversar, para apontar essas situações? Jamais ela me levou isso. Você me falou alguma vez, Benildes?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Você trouxe a mim alguma vez?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Você trouxe a mim isso aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Por mim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Tinha toda a liberdade. Admiro a Benildes. Ela jamais me trouxe uma coisa dessas.

Agora, a senhora está dizendo e eu acolho. Vamos trabalhar, vamos buscar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos nos limitar aqui, Presidente, aos assuntos...

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – É porque é uma questão muito... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É porque temos uma audiência pública marcada para as 11h. As pessoas já estão aqui.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – A senhora falou sobre impressora corporativa. “Não dá para escanear?” Nós trabalhamos com uma impressora corporativa, sim. Dá para escanear e mandar lá para o outro lado, Senadora.

Mistura de comercial e fomento. O que nós fizemos, na reestruturação, foi justamente isto: apartar o que era comercial do fomento. Criamos gerências específicas para grandes clientes, para pequenos clientes e para pessoas físicas. Reitero aqui, como foi falado aqui pela Senadora umas três vezes, a questão da má-fé. Senadora, não existe da minha parte. Não sou uma pessoa que trabalha nesse nível. Não é essa a minha maneira de ser.

Manual de normas – busca ao manual. O manual de normas é eletrônico. Você vai ao sistema e busca as normas.



Por fim. A questão do crédito, Presidente, da política de crédito do Banco. Se termos de aperfeiçoar é o que vai vamos buscar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente.

Só para mencionar. De repente, o Banco da Amazônia, de Tocantins, parece que é diferente do Banco da Amazônia de Rondônia. Em Rondônia, nosso agricultor tem acesso ao Banco com facilidade, tem uma parceria com o Banco. De repente, é um Banco diferente, administrado de forma diferente. Mas, Deputado, Senadora, a experiência que nos temos em Rondônia, com relação ao Banco, é muito positiva. O Banco da Amazônia ajuda muito a economia do nosso Estado, com o pequeno agricultor, com o médio agricultor, com a indústria. De repente, houve um problema localizado. Não vou dizer pessoal porque não acredito que seja, mas localizado no Estado do Tocantins.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só para fazer aqui um breve comentário.

Quero primeiro cumprimentar o Presidente Abdias e os demais convidados. Quando fui Governador em Rondônia, o Presidente Fernando Henrique tinha sido recém eleito para seu primeiro mandato como Presidente da República e chamou todos os governadores do Norte para discutir o Basa. O Basa estava em uma situação tão complicada que a intenção do Governo Federal era liquidá-lo ou transferir as ações do Basa para o Banco do Brasil. Os governadores fizeram um apelo porque o Basa era muito importante para o Estado do Amazonas, para financiar os nossos produtores e empresários. Ela nos atendeu buscando a Drª Flora Valadares. Disse que iria dar um tempo para ver se o Basa conseguia se recuperar. Aí assumiu, naquele momento, a Drª Flora Valadares. Ficou lá por um período. O Basa começou a se levantar.

Então, a pergunta que eu queria fazer ao Presidente, além de parabenizar o Banco da Amazônia pelos investimentos que tem feito no meu Estado...Como falou o Senador Acir, nosso Presidente, não sei o que está ocorrendo nos outros Estados, mas em Rondônia nos temos um histórico de sucesso do Banco da Amazônia. Em média, 1 bilhão por ano. Talvez até mais, em alguns anos, por causa das usinas. São empreendimentos e investimentos que têm fomentado a economia do nosso Estado. Mas a pergunta que eu queria fazer é: como está neste momento? Naquele momento, há 15 anos, a saúde de Banco era muito ruim. Então, pergunto: como está hoje a saúde do Banco da Amazônia?

O SR. ABDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Obrigado, Senador Raupp.



Realmente, tivemos diversas oportunidades de discutir o Estado de Rondônia e a Amazônia. V. Ex^a, como Presidente do PMDB, já presenciou em outros Estados a gente buscando essa situação. Fiz um *review* aqui. Nosso colega da CNA mencionou, realmente, a questão dos indicadores do Banco.

Existe uma questão muito forte. O Banco tinha uma dependência da carteira de títulos. Não tinha operações de crédito, no passado, e dependia da carteira de títulos. Como a Selic chegou a 45% neste País, você não precisava fazer nada que as coisas não emergiam, ou seja, eram consumidas por esse colchão de liquidez. Com a Selic a 50%, você tem lá... Tenho hoje uma carteira de títulos de R\$6 bilhões. Se for 50% a taxa de juros, R\$6 bilhões. Se hoje essa carteira de títulos me desse 50%, o que aconteceria? Ela me daria R\$3 bilhões. Para que buscar aplicações, para que buscar a realização de outras coisas? Então, o que aconteceu? Nesse tempo todinho o Banco ficou nessa situação. A taxa de juros mergulhou. O que acontece? Hoje nós temos que, de fato, incrementar negócios para que você possa ter receita. E esses negócios têm de ser incrementados não somente via repasses, mas também na estrutura de outras operações que a gente tem buscado. É preocupante? Esse cenário não me pegou de surpresa. Com dois meses, quando entrei no Banco, já foi colocado isso para o Ministério. Colocamos que isso, com dez anos, vai ser batalha pesada fazer essa situação acontecer. As ferramentas têm que chegar junto com isso aí, e nós temos que ter também o retorno dos colegas no seu ponto de trabalho.

Se você pegar um indicador, como foi questionado pela Senadora, Basileia, essas coisas... Hoje nós ainda temos um conforto, só que nós temos projetos e problemas que são da história da empresa, que são pontos de alerta, como o caso da caixa de Previdência. A caixa de Previdência, para se estruturar aquilo lá, precisa um valor estratosférico. Então, tem essa questão, essas dificuldades.

Agora, o Banco não trabalha só com FNO. No Estado do senhor, fizemos aplicação com o FNO, fizemos aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, fizemos aplicação da carteira própria, fizemos aplicação do BNDES e fizemos aplicação de recursos próprios. Então, o Estado do senhor recebe recursos hoje não só oriundos do fundo, mas de todas as linhas. Até fundo da Marinha Mercante, nós já conseguimos para o Estado do senhor, porque tem uma atratividade na navegabilidade que passa por lá.

Então, eu digo ao senhor, e é de conhecimento pleno, é um desafio muito grande. Aquilo que se poderia auferir com taxas de tesouraria, que é onde está a carteira de títulos, está chegando no limite, no fundo do poço. Essa taxa de juros pode cair, se a economia se comportar, se a união europeia deixar, mais um ponto, ao longo de dois anos, mas chegou quase na sua estabilidade. O desafio agora é ter pouco retorno de tesouraria ou potencializar, aumentar o risco da sua tesouraria. Hoje nós temos 28% para títulos privados e



72% atrelados à Selic. Então, somos muito conservadores na administração da carteira de títulos.

Então, respondendo diretamente a pergunta que o senhor fez, é usado, tem que trabalhar forte, tem que acompanhar de perto cada gasto feito, tanto é que hoje, em 2012, o Conselho de Administração aprovou um programa que está calçado em um tripé: potencializar mais a aplicação do FNO, reavaliar todos os custos e contingenciar R\$100 milhões na despesa do banco. Então, nós temos feito desta maneira...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O que se tem disponibilizado para cada Estado de abrangência do Banco da Amazônia para esse ano de 2012, para investimento?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – O todo, não é? FNO?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Do FNO.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Esse ano está disponibilizado R\$4,020 bilhões. Quando fizemos o plano de aplicação, aquele que nós vamos discutir com todos os Governadores, Prefeitos e entidades, que sentamos para discutir, era R\$4,020 bilhões, mas era uma estimativa, porque foi antes de fechar o ano e depende do Tesouro fazer as suas arrecadações. O Tesouro refez as suas arrecadações e tem uma perspectiva de aplicação, somente do FNO, para 2012, de R\$4,4 bilhões. Aplicava-se, em 2006, algo em torno de R\$800 milhões de FNO. Nós estamos falando de aplicar R\$4,4 bilhões. Só na nossa gestão, eu projetei aqui de 2007 para cá, aplicamos quase R\$12 bilhões do FNO. Quando se pega a gestão anterior, era R\$4,3 bilhões. Agora, o mercado melhorou, as oportunidades estão crescendo, os senhores estão levando empreendimentos para a região e, com isso, o banco pode fazer a assistência creditícia e potencializar.

É muito recurso, tem muito recurso para aplicação, e não foi só do FNO. O Fundo do Desenvolvimento da Amazônia não aplicava nada. Nós aplicamos de 2007 para cá R\$3,7 bilhões, é mais ou menos o que o senhor... era mais ou menos essa...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu preciso dar vazão aqui para os nossos trabalhos.

Com a palavra o Dr. Jenner Guimarães para as considerações finais.

Nós temos uma audiência pública às 11h da manhã com outro tema e nós precisamos avançar.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Senador, procurarei ser bastante objetivo.



Eu queria só fazer um comentário aqui a respeito das ponderações que foram feitas pela Senadora Kátia Abreu e pelo Deputado Irajá Abreu com relação ao posicionamento do Ministério da Integração.

Não compete ao Ministério da Integração, e não foi isso que nós dissemos aqui, fazer avaliação do banco. O Banco da Amazônia, assim como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, é vinculado ao Ministério da Fazenda e supervisionado pelo Banco Central. Não é competência, absolutamente, do Ministério da Integração analisar e muito menos se posicionar sobre o desempenho do banco como instituição financeira. O que nós fazemos é um acompanhamento mensal do fundo. Com relação ao acompanhamento mensal do fundo, é que eu me pronunciei aqui no sentido de que o que está previsto na política nacional de desenvolvimento regional está sendo buscado. Obviamente, não há uma aderência de 100% pelos motivos que eu expliquei aqui. Existem problemas relacionados com a própria PNDR. Por isso, estamos trabalhando dentro do Ministério para ajustar a PNDR, o que não é de competência da Secretaria de que exerço o cargo, mas da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração. Isso obviamente tem que ser bastante discutido. Não é uma mudança que você faça com uma canetada. É preciso envolver, sobretudo, os Parlamentares, que têm experiência dos Estados e que podem trazer grandes contribuições para isso.

Sobre a questão dos relatórios dos fundos, eles são apresentados semestralmente. São divulgados e publicados na internet. Nós, da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração, também teremos imenso prazer de, se vocês necessitarem de alguma informação que eventualmente não consigam no Basa ou na internet, responder as questões dos senhores.

Eu quero também enfatizar a questão da CNA como parceira inclusive da modelagem dos financiamentos. Nós inclusive constituímos um grupo de trabalho no Ministério da Integração, por solicitação da CNA, para que levássemos em consideração uma série de ponderações que a CNA tinha a fazer em relação à aplicação dos fundos constitucionais. Boa parte delas foi levada em conta quando da programação dos fundos constitucionais para o ano de 2012. Estamos abertos. Obviamente, alguns pontos ainda ficaram pendentes, algumas coisas dependem de lei, dependem de uma série de fatores – como eu disse, não é simplesmente uma canetada de um ministro que pode resolver –, mas, naquilo que foi possível atender – e vejo que temos colegas aqui representantes da CNA que podem confirmar o que estamos dizendo –, o Ministério da Integração tem buscado esse entendimento e tem levado isso em consideração.

Sobre a questão da taxa de juros, já falei aqui que há necessidade de alteração. É um dispositivo legal. Essa situação, contudo, em que a taxa dos fundos constitucionais se apresenta incompatível ou pouco competitiva em



relação às taxas do BNDES não é de um ano atrás. É uma situação de agora, surgida com a queda dos juros. Na verdade, a menor taxa praticada pelo BNDES é 5,5%, mas o BNDES tem taxas que variam de 5,5% a 10%, 11%, 12%, e a dos fundos constitucionais, no caso o FNO, têm também um escalonamento de acordo com o tipo de atividade, de acordo com o porte do produtor. Então, se nós pegarmos a maior taxa do BNDES e compararmos com a maior taxa dos fundos constitucionais, a taxa do BNDES se apresentava maior; se pegarmos a menor taxa do BNDES e compararmos com a menor taxa dos fundos constitucionais, também verificaremos facilmente que a taxa do fundo constitucional é menor. Houve uma perda de competitividade em função da redução imediata das taxas do BNDES, que não dependiam de lei. Estamos tentando trazer a mesma redução proporcional para as taxas dos fundos constitucionais, mas, para isso, nós precisamos mudar a lei. Esse processo está tramitando e, para isso, contamos com a colaboração dos Srs. Parlamentares, que muito podem ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco PDT – RO) – É essa medida provisória que está para ser assinada...

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – É essa medida provisória que está tramitando, já deve ter chegado na Fazenda e deve estar chegando em breve aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não foi emitida ainda. Ela está em estudo.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Não, ela não foi emitida, porque como nós dissemos, está faltando um último entendimento com relação ao tamanho da redução. Não tenham dúvidas os senhores de que essa taxa, com toda a certeza, vai se apresentar logo, logo, em patamares novamente inferiores ao BNDES. A expectativa do Ministério da Integração é que essa queda se dê na mesma proporção. Até sexta-feira da próxima semana, certamente, um entendimento entre o Ministro Guido Mantega e o Ministro Fernando Coelho Bezerra vai por um ponto final nessa questão e a medida provisória vai chegar aqui ao Congresso para que seja relatada por alguém. Esperamos obter o apoio para o tamanho da redução que queremos fazer.

Sobre a questão do banco... Eu queria falar primeiro sobre a questão do Conselho da Sudam e do Condel.

As reuniões são normalmente rápidas. Há de se convir que não dá para reservar a agenda de nove Governadores e representantes de diversas entidades de classes por dois expedientes. Esta reunião é feita em um expediente inteiro, em geral, das 9h ao meio-dia. Todos os temas que são levados ao Conselho são previamente tratados em um comitê técnico, que conta com a participação de representantes de todos os Estados e de todas as entidades que têm assento no conselho deliberativo da Sudam. A gente não tem



motivos para questionar ou arguir que o Ministério da Integração não tem dado a devida atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Isso é conhecido. Não é uma novidade. É uma prática normal.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Quanto ao banco, eu diria que ao Ministério da Integração não cabe sequer questionar o Banco da Amazônia como instituição financeira. O Fundo Constitucional é alocado através do Basa até por imposição constitucional. Existe o Ministério da Fazenda para fazer cumprir esse papel e existe o Banco Central, os órgãos de controle. Do ponto de vista, e foi o que a gente colocou aqui, de atendimento e perseguição ao cumprimento de toda aquela programação que está estabelecida, o Banco da Amazônia tem sim apresentados os resultados e o esforço comprovado para atender essa demanda. É óbvio, como a gente colocou aqui, que havia distorções passadas. O ano de 2011 foi de aprendizado para nós, que assumimos o Ministério da Integração a partir de janeiro. Todas as mudanças necessárias para que esses objetivos sejam alcançados estão sendo implementadas, inclusive, com a forte parceria com a própria Confederação Nacional da Agricultura, parceira, principalmente, no que diz respeito aos financiamentos da área do crédito rural.

E no caso de TI, questões legais relacionadas a contrapartidas ou exigências outras que o banco esteja fazendo, existem os canais competentes, e, obviamente, não é o Ministério da Integração. Qualquer prática danosa que venha sendo praticada pelos agentes financeiros, não só os públicos, mas também os privados, deve ser levada ao conhecimento do Banco Central, obviamente, primeiramente, à ouvidoria da própria instituição, que, obrigatoriamente tem que responder a essas demandas.

Queria deixar registrado aqui apenas que há o compromisso do MI. Estamos abertos, Deputado, para qualquer questionamento. Para qualquer coisa relacionada aos fundos regionais, aos fundos constitucionais, o Ministério da Integração estará inteiramente disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários; mas sobre o banco, como instituição financeira, quanto à sua liquidez, quanto aos seus procedimentos operacionais internos, infelizmente, isso não é da nossa competência. Lembro, inclusive, que nós, como maior supridor de *funding* dos bancos do Nordeste e do Banco da Amazônia, estamos reivindicando junto ao Ministério da Fazenda um assento no conselho de administração desses bancos, o que não temos. Então, nem por esse lado, pode ser cobrada ainda do Ministério da Integração qualquer opinião ou pode o Ministério expressar qualquer comentário relacionado ao desempenho financeiro e operacional desses bancos, especificamente, aqui, no caso o Banco da Amazônia.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Jenner.

Antes de concluir, sabemos, Dr. Abidias, que o Basa tem ampliado as suas agências no Estado de Rondônia. Temos em Jarú, em São Miguel, em Pimenta Bueno a inauguração do Banco este ano, mas, em contrapartida, temos um problema localizado em Cujubim, onde foi fechada a agência em função de assaltos da região. Então, fica aqui o nosso pedido para que retomem novamente a agência, esse entreposto em Cujubim, porque é importante, é uma agência que ajuda muito a fomentar a agricultura no nosso Estado, naquela região, que é uma região isolada. Faz falta essa agência do Banco. Então, fica aqui o nosso pedido.

Agradeço a presença do Dr. Gil, Dr. Abidias, Dr. Jenner, Dr. Paulo. Agradeço a presença de todos.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada às 8 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)